



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA**

NAINE DA SILVA FERREIRA

**UMA INTERSEÇÃO ENTRE IDENTIDADE NACIONAL E CRIMINOLOGIA
MIDIÁTICA: A MANUTENÇÃO DA CRIMINALIZAÇÃO DOS CORPOS POBRES E
NEGROS NO TELEJORNALISMO POLICIAL BRASILEIRO**

**CAMPINA GRANDE
2024**

NAINE DA SILVA FERREIRA

**UMA INTERSEÇÃO ENTRE IDENTIDADE NACIONAL E CRIMINOLOGIA
MIDIÁTICA: A MANUTENÇÃO DA CRIMINALIZAÇÃO DOS CORPOS POBRES E
NEGROS NO TELEJORNALISMO POLICIAL BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentada ao Departamento de História, Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Área de concentração: Relações de poder, subjetividade e cultura política.

Orientador: Prof. Dr. José Adilson Filho.

**CAMPINA GRANDE
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F383u Ferreira, Naine da Silva.

Uma interseção entre identidade nacional e criminologia midiática [manuscrito] : a manutenção da criminalização dos corpos pobres e negros no telejornalismo policial brasileiro / Naine da Silva Ferreira. - 2024.

76 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2024.

"Orientação : Prof. Dr. José Adilson Filho, Departamento de História - CEDUC. "

1. Criminologia midiática. 2. Identidade nacional. 3. Criminalização. 4. Pobreza. I. Título

21. ed. CDD 364.1

NAINE DA SILVA FERREIRA

UMA INTERSEÇÃO ENTRE IDENTIDADE NACIONAL E CRIMINOLOGIA
MIDIÁTICA: A MANUTENÇÃO DA CRIMINALIZAÇÃO DOS CORPOS POBRES E
NEGROS NO TELEJORNALISMO POLICIAL BRASILEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História, curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Área de concentração: Relações de poder, subjetividade e cultura política.

Aprovada em: 19/06/2024.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Adilson Filho (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Livia Maria de Pontes Nascimento
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^ª. Dr.^a. Patrícia Cristina de Aragão
Instituto Federal da Paraíba (IFPB)

A minha mãe, pela resiliência, compreensão e
leveza, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Iracilda Francisca da Silva, por mesmo em meio a todas as dificuldades e imprevistos da vida, ter sempre priorizado minha educação, se mostrando apaixonada por cada parte do meu processo de aprendizagem e oferecendo as condições materiais e o apoio moral necessário para a realização de toda minha etapa enquanto estudante.

Ao meu companheiro, João Lourenço Cândido, por acompanhar carinhosamente todo processo criativo que envolveu a estruturação desse trabalho, compartilhando cada acerto, erro, comemoração e reclamação acerca desse tema como se fosse também parte crucial de sua vida. Agradeço por ter ouvido atenciosamente e debatido de maneira ativa cada mínimo detalhe que permeou essa etapa de minha vida, fortalecendo minha confiança e alimentando meu potencial.

Ao meu orientador, José Adilson Filho, que forneceu a base teórica para o desenvolvimento desse tema desde os primeiros períodos de minha graduação, sugerindo leituras, metodologias e campos de pesquisa correspondente às minhas primeiras ideias. Agradeço também pelas longas e pela orientação compreensiva e respeitosa, na qual acolheu todas as minhas ideias e desejos em relação à temática aqui trabalhada.

À minha amiga da vida toda, Jaciara Lima, que se fez presente em diversos momentos desse processo, me oferecendo um ombro amigo e um bom ouvido para acolher minhas demandas acadêmicas e pessoais, ferramentas importantíssimas para a manutenção de minha resiliência emocional.

À minha sogra, Eloisa Silva, que me concedeu seu amor materno, prestando toda compreensão e flexibilidade que precisei durante o período de criação desse trabalho, me concedendo todo o conforto material e toda sua disponibilidade de escuta e atenção. Agradeço por mesmo em meio a enorme correria e as centenas de demandas com as quais lida diariamente, ter disponibilizado seu tempo para cuidar de mim, me oferecendo em muitos momentos a energia necessária para continuar minha jornada acadêmica e pessoal.

Aos meus colegas, que experienciaram essa jornada ao meu lado, compartilhando conquistas, progressos e dificuldades através de muitas conversas reconfortante que nos ajudavam a passar o tempo, a fortalecer nossos laços, e, sobretudo, a nos humanizar perante o trajeto uns dos outros.

Aos meus professores do ensino médio, os primeiros a me introduzirem nesse caminho e alimentar meu desejo em relação ao tema central dessa pesquisa, oferecendo

incentivo pessoal e material de estudo para que esse desejo viesse a se concretizar em forma de trabalho de conclusão deste curso.

Aos professores da graduação, que em cada disciplina ofereceram novas perspectivas de desenvolvimento de minha carreira acadêmica e pessoal. Agradeço especialmente a José Adilson Filho, meu então orientador e a Alberto Edvanildo Sobreira Coura, figuras que inspiram enormemente minha prática enquanto docente e pesquisadora na área de História.

Aos demais funcionários da UEPB que direta e indiretamente prestaram os serviços necessários através de seu trabalho para que eu tivesse momentos de conforto e bom atendimento e prestatividade durante meus períodos acadêmicos.

*“Do rio que tudo arrasta, diz-se que é violento.
Mas ninguém chama violentas as margens que
o comprimem”*

(Bertold Brecht)

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo analisar a influência da criminologia midiática na manutenção da criminalização da pobreza e da negritude, mediante ao aparato discursivo utilizado nos telejornais policiais do Brasil. Busca-se compreender como as representações da criminologia midiática colaboram com a perpetuação de uma identidade nacional excludente, que relega esses grupos à criminalidade para poder justificar a negligência e violência depositadas sobre seus corpos e espaços. Metodologicamente, a pesquisa qualitativa inclui uma revisão bibliográfica que envolve o aporte teórico das diversas áreas aqui tratadas a partir de seus elos interdisciplinares. Entre os principais teóricos, estão Zaffaroni (2013), Gomes (2014), Chauí (1995), Hartog (2013), Žižek (1996), Ferreira (2002). Ademais, para as análises das fontes, foram utilizados os princípios da análise de discurso, fundamentada nos estudos de autores como Orlandi (2003) e Foucault (1996). O trabalho está estruturado em três capítulos: o primeiro dedicado ao delineamento dos projetos de identidades nacionais, seus contextos e suas formas de continuidades; o segundo aborda as características, intenções e mecanismo de aceitação da criminologia midiática; e o terceiro apresenta uma análise discursiva de recortes do programa Brasil Urgente, enquanto exemplo da atuação da criminologia midiática.

Palavras-Chave: Criminologia Midiática; Identidade Nacional; Criminalização; Pobreza.

ABSTRACT

This academic work aims to analyze the influence of media criminology in the maintenance of the criminalization of poverty and black people, through the discursive apparatus used in police television news in Brazil. This research aims to understand how the representations of media criminology contribute to the lengthening of a restricted national identity, which relegates these groups to criminality in order to justify the neglect and violence applied to their bodies and spaces. Methodologically, qualitative research includes a bibliographical review that involves the theoretical contribution of the different areas discussed here based on their interdisciplinary links. Among the main theorists we are studying there are Zaffaroni (2013), Gomes (2014), Chauí (1995), Hartog (2013), Žižek (1996), Ferreira (2002). Furthermore, to analyze the sources, the principles of discourse analysis were used, based on studies by authors such as Orlandi (2003) and Foucault (1996). The work is structured into three chapters: the first is dedicated to the mark off national identity projects, their contexts and their continuous forms; the second addresses the characteristics, intentions and acceptance mechanism of media criminology; and the third presents a discursive analysis of excerpts from the program called *Brasil Urgente*, as an example of the performance of media criminology.

Keywords: media criminology; national identity; criminalization; poverty.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Discurso
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
GC	Gerador de Caracteres
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A IDENTIDADE BRASILEIRA E OS OUTROS VIOLENTOS	16
2.1 Os anos 30: Freyre, Holanda e o que compõe o povo brasileiro	18
2.2 Nas tramas do presente: entre a emergência de novas identidades e a manutenção das antigas	21
2.2.1 Permanência da identidade bondosa.....	22
2.2.2 O mito da não-violência e seus mecanismos de sustentação.....	23
2.3 As desigualdades sociais como raiz da construção do outro violento e não-brasileiro	24
2.4 A mídia no controle: veiculação do “eles” violentos e defesa do “nós” brasileiros	27
2.4.1 A relevância da História do Tempo presente na análise da atuação da mídia sob a roupagem da criminologia midiática.....	28
3 CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA: CONCEITUAÇÕES, CARACTERÍSTICAS, FINALIDADES E MECANISMOS DE ACEITAÇÃO	31
3.1 Criminologia Midiática e Populismo Penal Midiático: Congruências e disparidades	31
3.2 Características constituintes da abordagem da criminologia midiática	34
3.2.1 Regime de Historicidade Presentista: a otimização do presente como fundamento do imediatismo contemporâneo.....	36
3.3 Intenções da Criminologia Midiática: manutenção da estigmatização da negritude e da criminalização da pobreza	36
3.3.1 Um olhar da Criminologia Crítica: <i>Teoria do Etiquetamento</i>	37
3.4 Mecanismos de aceitação: uma contribuição psico-histórica	39
3.4.1 Entre Freud e Nibert Elias: As consequências da civilização.....	40
3.4.2 Uma fenda na moral: os <i>bodes expiatórios</i> como frutos históricos.....	41
3.4.3 Cinismo contemporâneo: uma reelaboração do processo ideológico.....	43
3.4.4 Os bodes expiatórios do brasil e a força da criminologia midiática na sua veiculação.....	45
4 A (DES)CONSTRUÇÃO DA REALIDADE POR INTERMÉDIO DA CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DO BRASIL URGENTE	47
4.1 Do programa escolhido para análise	50

4.2 A linguagem como vetor dos objetivos da criminologia midiática.....	52
4.3 A anunciação discursiva da insegurança por meio da narrativa da criminologia midiática sobre a COVID-19 nas periferias de São Paulo.....	53
4.4 A estigmatização midiática do funk periférico como vetor para a crítica do sistema de segurança pública.....	57
4.5 Soluções imediatas e simplistas: o apelo por mais presença coercitiva no controle periférico.....	60
4.6 As características da criminologia midiática condensadas na criminalização dos espaços marcados pela negritude e pela pobreza: o ponto de interseção.....	62
5 CONCLUSÃO.....	68
REFERÊNCIAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

Durante a última década, a população brasileira testemunhou um notável aumento no acesso aos meios de comunicação. Aparelhos que anteriormente eram exclusivos de determinados grupos, tornaram-se populares e alcançaram a maioria dos domicílios brasileiros. Segundo dados do IBGE, registrados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2021, 96,2% das moradias urbanas e 90,8% das moradias rurais possuem acesso a aparelhos de TV em seus domicílios (Moderna, 2020).

Em consequência desse aumento, observou-se também, significativas altas nos índices de consumo da programação oferecida pelos canais abertos. Tal fenômeno se deve ao fato de que “mesmo com a evolução da tecnologia dos meios de informação, a televisão ainda ocupa um espaço significativo de penetração nos lares da população brasileira” (Ribeiro, 2021, p. 28).

Dentre os programas mais consumidos, aqueles referentes ao jornalismo policial têm destaque notável. Diversos brasileiros têm suas tardes ilustradas pelas telas do Brasil Urgente, agora disponível na Rede Bandeirantes (TV Band) e do Cidade Alerta, veiculado pela TV Record. Esse tipo de jornalismo tem audiência reconhecida em todo Brasil e não adentraram ao gosto popular de maneira natural, mas como toda construção midiática, é gerido por estratégias de produção que se direcionam a um público-alvo mediante elementos expostos nos discursos veiculados através das falas, imagens e sons empreendidos na gravação dos programas.

No que se refere aos mecanismos de identificação investidos por essas programações na pretensão de evocar simbolismos defendidos por seu público, a ideia de um Brasil pacífico invadido por corpos violentos se destaca. Na apresentação das matérias sensacionalistas e em suas interpretações por parte dos âncoras, frequentemente, se promove a ideia de uma identidade nacional unificada, bondosa e não-violenta, que está constantemente ameaçada por indivíduos violentos restritos a criminalidade e que não compõem a nação, mas a infecta pela ausência de punição proporcional.

Essa identidade, evocada pela produção do jornalismo criminal, foi pauta de destaque entre os séculos XIX e XX, de forma que alguns projetos de nação atravessaram os limites da academia e foram calorosamente incorporados pelo saber popular, especialmente aquelas que marcaram os anos 30. Além da expansão a nível de reconhecimento, tais teorias também foram além dos limites temporais, chegando à atualidade com certa força por meio de diversos mecanismos de continuidade.

O recorte da mídia brasileira condensada nos jornais criminais e suas abordagens se configura como um dos fortes mecanismos de permanência dessa identidade, uma vez que

sustenta corriqueiramente a máxima da violência alheia através da criminalização e estigmatização de corpos, os quais são frutos da desigualdade social fundada já nos primeiros projetos e práticas constituintes da nação atual.

Tendo em vista tal elo, é válido atentar para o impacto desses jornais na edificação da opinião pública, na perspectiva de entender os *links* que esse tipo de programa constrói com o que a população nomeia de identidade nacional, ao tempo em que afirma a violência como algo adverso a nação e restrito a uma categoria específica de pessoas, aquelas relacionadas a periferia, a pobreza e a critérios étnicos.

Admitindo a relação existente entre a identidade hegemônica preservada e as tramas do jornalismo criminal que se faz veículo de sua preservação, a pesquisa aqui introduzida, visa explorar essa relação, buscando apontar a criminologia midiática como eixo de veiculação da identidade que sonega sua violência histórica e estrutural à medida que segrega parte de seu povo, investindo em simbolismos que levem ao consentimento por parte do público.

O grande consumo desse tipo de jornal e sua influência na construção da percepção pública acerca da criminalidade e da justiça brasileira, revela a necessidade social do estudo de tal relação. Essa investigação visa levantar a configuração histórica e os espaços de conservação de tais ideias, bem como propõe apontar os mecanismos de veiculação e aceitação dessas por parte do imaginário social. Tais propósitos, são fundamentais para o conhecimento desse vínculo que se apresenta no presente como símbolo de continuidade de um passado que permanece como prática e como memória.

A pesquisa também apresenta relevância acadêmica, visto que pode oferecer, a partir da centralidade da pesquisa histórica, outras faces desse objeto já dissecado pela área criminal, assim como também fornece uma abordagem interdisciplinar que agrega conceitos, restritos não somente a suas áreas mães, mas que dialoga com outras ciências de forma original.

Através do posicionamento desse objeto nas tramas da História do Tempo Presente em diálogo com disciplinas como ciências sociais, criminologia, direito e psicanálise, é possível apresentar os pilares que construíram essa relação, levando em consideração os eventos passados que edificaram a manutenção desse presente segregatório.

Metodologicamente, utilizamos procedimento tão flexíveis quanto sua composição teórica e conceitual. Nesse sentido, para a concretização dos objetivos apresentados acima e demonstração de seus resultados, foi empreendida uma pesquisa de caráter qualitativo baseada na Revisão Bibliográfica e na Análise de Discurso (AD).

No que tange à Revisão Bibliográfica aqui empregada, foi consultada uma bibliografia diversa, composta por autores proporcionais aos objetivos aqui intencionados. Na área

histórica, tida como central para essa pesquisa, os principais fundamentadores teóricos são os expoentes da História do Tempo Presente e demais teóricos que categorizam as formas de compreensão do homem acerca do tempo. Tais abordagens justificam o estudo do objeto e fonte aqui em foco. Dentre tais pensadores estão Hartog (2013), Ferreira (2002), Rousso (2016), Gumbrecht (2015) e Dosse (2012).

Em relação ao estudo do eixo-problematizador em particular, outras áreas são igualmente relevantes para esse trabalho. No tocante a identidade brasileira e suas nuances, para além da historiografia nacional composta por nomes como Holanda (1995) e Freyre (2003), teóricos como Chauí (1995, 2017) e Souza (2017) são imprescindíveis para o estudo da construção desse processo, bem como os motivos e veículos de sua continuidade.

Outrossim, no que concerne ao estudo da criminologia midiática e seus discursos, enquanto veículo de continuidade da identidade brasileira do século XX, nomes como Foucault (1996), Zaffaroni (2013) e Gomes (2014) são fundamentais. Contamos ainda, com teóricos que explicam as nuances psicológicas que envolvem a aceitação e consumo desses veículos por parte da população, muito representados por Zizek (1996) no campo da filosofia e Freud (2014) na psicanálise.

No que é relativo à Análise de Discurso, aqui incorporada sobre a fonte examinada, foram consultados preceitos básicos da corrente francesa de tal campo, tendo em vista sua melhor adequação ao problema de pesquisa aqui implicado. Nessa corrente, os estudos de Michel Pêcheux, expostos nacionalmente pelas pesquisas de Orlandi (2003, 2005) são determinantes. Além disso, a presença dos apontamentos de Foucault, especialmente em *A Ordem do Discurso* (1970), se fez igualmente edificante.

Com base nos conceitos presentes na bibliografia consultada, buscou-se, a nível de apresentação de resultados, a análise de matérias do telejornal *Brasil Urgente* que demonstram a criminalização da pobreza e da negritude, bem como a seletividade punitiva evocada pela criminologia midiática no Brasil. Tal análise foi empreendida sobre os atos locutórios dos âncoras e repórteres do telejornal proferidos durante as apresentações das reportagens. Para a exposição de tais falas, foi utilizado o modelo de transcrição adaptada, que mantém as palavras-base e o contexto das frases transcritas, sem, no entanto, se apegar a detalhes sonoros como zuniidos, repetições e expressões de concordância.

O material analisado foi selecionado em um recorte de 4 anos que se localiza temporalmente entre janeiro de 2017 e dezembro de 2020 e corresponde a recortes de episódios levantados em buscas efetuadas nas redes sociais do programa, disponibilizadas no *YouTube* (canais: Brasil Urgente e Canal do Datena) e *Facebook* (Páginas: Brasil Urgente e Datena). A

partir da busca de palavras como “Favela”, “Periferia”, “Crime”, “Baile Funk” e “Bandido”, o banco de dados de tais plataformas indicaram episódios que indicam práticas discursivas que sustentam a criminalização da pobreza e da negritude, atuando na manutenção de disparidades históricas.

A exposição da pesquisa, sua fundamentação teórica e resultados, se dará em três capítulos. O primeiro será destinado ao delineamento histórico dos projetos de formação identitária nacional, abordando sua hegemonia em meio aos novos cenários, mecanismos e motivos de sua permanência, bem como o apontamento de sua veiculação através das empreitadas da criminologia midiática nacional. O segundo focará sobre os limites da criminologia midiática, buscando compreender sua conceituação, suas práticas e os elementos que a fazem ser tão bem aceita pelo imaginário social. O terceiro capítulo, enquanto comprovação da relação entre as temáticas aqui exploradas, será responsável pela apresentação da análise discursiva de notícias do telejornal Brasil Urgente, com foco nos atos locutórios dos âncoras e repórteres do programa.

2 A IDENTIDADE BRASILEIRA E OS OUTROS VIOLENTOS

O brasileiro é cheio de cordialidade e bom coração. Quando você encontrar por aí um cafajeste roubando e matando pode perguntar imediatamente “Who are you?”, porque se trata certamente de um gringo.

(Millôr Fernandes)

A premissa, exposta com sarcasmo pelo escritor e humorista Millôr Fernandes em sua coletânea de pensamentos e frases *Millôr Definitivo: a bíblia do caos* (1994), sugere de maneira hiperbólica uma crítica à ideia de identidade brasileira que se projeta na primeira metade do século XX e caminha até os dias atuais através dos continuadores das teorias da identidade una e de sua veiculação por meio da mídia nacional.

Para entender como se fomenta esse projeto de identidade e sua continuidade, é necessário recorrer à historiografia para reconstruir o plano histórico que envolveu as tentativas de unir todo o povo brasileiro sob o mesmo signo. A identidade ocupou lugar central nesse campo entre os séculos XIX e XX, atendendo aos interesses relacionados à ascensão de diversos Estados Nacionais europeus, que buscavam um sentimento de unidade necessário para a composição de suas nações.

Essa pretensão se alastra pelo ocidente e chega ao Brasil ainda no período imperial, ilustrada pela atuação do IHGB¹ e seu projeto de arquitetura nacional que tinha como objetivos norteadores delimitar, estudar, descrever e exaltar a geografia brasileira, bem como “compilar, metodizar e guardar fatos e nomes, no sentido de compor uma história nacional” (Monteiro, 2016, p. 24).

Para esse processo, a nível mundial e nacional, a História foi fundamental. Carregando a influência epistemológica dos paradigmas modernos, essa ciência foi utilizada como ferramenta base para o levantamento de elementos caros à identidade almejada politicamente. Thiesse (2008, p. 7) afirma tal uso, na medida em que menciona que a construção de uma identidade nacional era explorada por meio de representações — conceito central para as

¹ O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, foi inaugurado em 1838 sob iniciativa e financiamento do Segundo Reinado, que o inspirou nos moldes de uma instituição francesa com o mesmo propósito, *o Institut Historique de Paris*.

análises da Nova História — que buscavam a identificação coletiva por meio de símbolos marcantes como língua, paisagens, ancestrais e mitos de origem.

No Brasil, os intérpretes divididos por Reis (1999) em “Descobridores” e “Redescobridores” se debruçaram sobre essa tarefa (essencial aos interesses políticos de todos os recortes) em diversas perspectivas, tecendo uma identidade proporcional ao seu lugar social, influência conceitual e condicionamento espaço-temporal. Em alguns, como Adolf Varnhagem (1816–1878), a influência política era evidente; outros, como Sérgio Buarque de Holanda (1902–1982), passaram de maneira mais sóbria pela esfera do posicionamento. Alguns foram menos otimistas em relação ao Brasil, como o supracitado Holanda, Capistrano de Abreu (1853–1927) e Paulo Prado (1869–1943), outros, mais positivos, como a escrita otimista e nostálgica de Gilberto Freyre (1900–1987).

Para além do entendimento dos interesses políticos vigentes em cada um desses autores, é válido analisar como as tentativas de uma representação objetiva do povo brasileiro foram fundadas e como essas mesmas pretensões foram sendo desfeitas a partir da perda da influência do determinismo presente na consolidação da ciência histórica. *História Geral do Brasil* (1854), *Capítulos de História Colonial*, (1907), *Retratos do Brasil* (1927), *Casa Grande & Senzala* (1933) e *Raízes do Brasil* (1936) são obras do seio da historiografia brasileira que revelam tentativas de ilustração de uma identidade brasileira objetiva.

Já obras como *Formação Histórica do Brasil* (1967) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), demonstram os fatores pelos quais essa tentativa de identidade homogênea foi sendo questionada, dando espaço para os novos interesses da historiografia marxista e depois para inexistência de um campo predominante resultante do esfacelamento dos grandes paradigmas, temática fundamentada nas análises de Dosse (1992). Segundo Reis (2006, p. 74) François Dosse consagrou a expressão *histoire en miettes* “quando fez a história da Escola dos Annales, ao afirmar que da primeira à terceira gerações ter-se-ia ido de uma história global ou total a uma história em migalhas ou fragmentada”.

No entanto, é válido salientar que apesar de ter perdido certo efeito e contextualização em meio ao devir histórico, as grandes obras que teceram identidades fechadas acerca dos brasileiros não perderam sua popularidade e ainda são veiculadas por diversos meios até o presente. Entre os nomes que marcaram esse empenho, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, ultrapassaram os muros da academia e penetraram fortemente no imaginário popular.

Ambos os autores localizaram suas escritas na década de 30 dos anos 1900, carregando o desejo de cunhar uma identidade nacional capaz de definir o povo brasileiro, proposta em ação desde a criação do IHGB, atuante através do modelo de Carl Friederich Philipp von

Martius e execução de Adolf Varnhagen. No entanto, o momento histórico suscitava uma abordagem diferente da proposta pelos expoentes do instituto supracitado, então em declínio, que se dedicavam a relegar todo êxito do Brasil enquanto nação aos feitos da monarquia bragantina. O que se pretendia, nos anos 30, era exaltar o que o Brasil tinha de particular, para além das heranças da colonização, buscando entender como ele estava localizado no cenário mundial e nacional, bem como o motivo desta posição.

2.1 Os anos 30: Freyre, Holanda e o que compõe o povo brasileiro

Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre lançaram suas teses afirmando um caráter sentimental, sensual e pouco burocrático na defesa de um traço particular do brasileiro. No entanto, apesar de uma concordância no levantamento desses aspectos, esses autores caminharam por óticas díspares, sendo impossível aproximá-los, exceto neste caso e no seu objeto de pesquisa, o povo brasileiro.

Freyre parte de algo que o historiador José Carlos Reis (1999) nomeia de *reelogio da colonização*. Seguindo a linha Varnhageniana — mesmo que a seu modo, no qual possibilita o diálogo com as ciências sociais e expande a gama de fontes, buscando aproximação com o objeto em uma perspectiva de levantar o inconsciente da vida coletiva cotidiana — ele se debruça em uma perspectiva otimista acerca das ressonâncias da colonização, alegando que cada parte do processo vertical imposto pelo português foi necessário e até positivo para a consolidação de um povo que reunia o melhor de cada raça.

Esse encontro de raças, que tem como palco a Casa Grande em sua instância física e simbólica, no qual o português teria sido protagonista, partindo posteriormente para a reconciliação com os invadidos e comprados, teria resultado em algo único. Nascia aí um povo miscigenado física e psicologicamente, optando pela reconciliação em detrimento a revolta e busca por equiparação. Povo esse, que herdara a sensualidade e o afeto do africano ao tempo em que herdara a esperteza dos lusos.

Nesse empenho, ele demonstra um povo dominado e pacífico em relação a isso, pois conscientes de que foi um mal necessário e superado, contando com a escravidão como inevitável e tratando a abolição como fator de equiparação entre brancos e negros. “Para ele, é injusto acusar os portugueses de terem manchado com a escravidão a sua obra grandiosa de colonização tropical. O meio e as circunstâncias exigiram o escravo” (Reis, 1999, p.56). As palavras do próprio autor em Casa Grande e Senzala elucidam seu posicionamento em relação a essa questão, quando chama atenção para o seguinte:

Tenhamos a honestidade de reconhecer que só a colonização latifundiária e escravocrata teria sido capaz de resistir aos obstáculos enormes que se levantaram à civilização do Brasil pelo europeu. Só a casa-grande e a senzala. O senhor de engenho rico e o negro capaz de esforço agrícola e a ele obrigado pelo regime de trabalho escravo (Freyre, 2003, p. 323).

Essa parte da teoria lhe rendeu críticas cirúrgicas que ganham corpo sob o seio do marxismo crítico em autores como Florestan Fernandes e seus discípulos, que combateram veementemente a ideia de uma escravidão suave e chega até atualidade sob o foco das resistências às ressonâncias do passado escravocrata e sua ideologia segregatícia.

Sérgio Buarque de Holanda, em completa oposição, partindo do apoio ao fim das oligarquias então em decadência (apoiadas por Freyre) ao tempo em que prezava pela introdução da modernidade, demonstrou negatividade ao falar do povo brasileiro. Ao se utilizar dos tipos ideais Weberianos e das contribuições do Historicismo de Dilthey (1833–1911), Holanda renega toda herança portuguesa, os acusando de individualistas, inconsistentes, aventureiros, desorganizados e imediatistas, relegando a eles, apenas, os traços problemáticos do povo brasileiro.

Tais traços, segundo ele, impediam a implantação da modernidade e demonstravam atraso, pois ainda fadados às heranças coloniais que implicavam os aspectos rurais, familiares, patriarcais, e, sobretudo, patrimoniais. O resultado dessas permanências seria o déficit na gestão da moral estatal e social, possibilitando a corrupção mediante a instauração de fenômenos como o nepotismo e o populismo, além do contorno das regras cotidianas. Com isso, ele aponta a incompatibilidade da implantação de tais mudanças em uma sociedade que ainda tinha sua identidade relegada à antiga metrópole e que não reconhecia as raízes de suas continuidades.

Um tipo ideal muito caro e representativo da teoria de Holanda é o conceito de *Homem cordial*, que se dá em oposição ao *Homem Polido* como todo tipo ideal formado por pares de oposição. O autor se utiliza do conceito *Homem Cordial* em seu *Raízes do Brasil (1936)*, já anteriormente introduzido por Ribeiro Couto, conferindo ao termo a base etimológica de sua construção enquanto palavra, mostrando que cordial vem do grego *Cordialis*, aquilo que é relativo ao coração. Logo, *cordial* é entendido como aquele guiado pelo coração, seja nos sentimentos afetuosos ou nos impulsos irracionais, sugerindo um indivíduo atravessado por interesses pessoais, pelos afetos e pelo individualismo (Holanda, 1995).

O termo *Homem Cordial* serviria precisamente para definir mais uma herança portuguesa na atuação dos brasileiros em sociedade e os perigos dessa atuação. O sentido do pensamento de Holanda (1995) é apontar as raízes para superá-las, renunciando a identidade

portuguesa e edificando uma nova identidade, agora brasileira, propriamente dita. É isso que salienta ao final da argumentação de cada capítulo de sua obra.

É nítido, através do exposto até aqui, que, apesar de salientar os mesmos traços, Holanda e Freyre têm visões e lugares sociais divergentes. O primeiro visa superar as raízes, enquanto o segundo elogia as dicotomias que influíram na identidade brasileira. Entretanto, suas contribuições para a criação de uma identidade nacional foram amplamente difundidas no imaginário popular de maneira confusa e conjunta.

Um exemplo claro disso é a distorção que ocorreu no significado de Cordial a partir de sua difusão. Cordial é tratado no senso comum como sinônimo de bondade e acolhimento, sendo muito utilizado para exaltar o brasileiro como bom caráter e indisposto a violência, mesmo que o próprio autor tenha debatido o uso errôneo do tema nas versões posteriores de *Raízes do Brasil*. Nas palavras do próprio difusor do conceito evidencia-se a intenção do uso de cordial em seu amálgama conceitual.

A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtude tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral de padrões de convívio humano, informados no meio rurale patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar 'boas maneiras', civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo rico e transbordante (Holanda, 1995, p. 146–147).

Apesar de não ter sido internalizado com uma interpretação proporcional ao sentido atribuído por seu fundador, o conceito se canonizou com esse novo significado, compreendendo um dos pilares da identidade brasileira, sendo o outro concentrado na *malandragem*. Seu termo foi integrado ao saber popular pelo viés Freyriano, ou seja, na perspectiva de exaltar tal traço como positivo, mesmo que não fosse a intenção de seu difusor.

A *malandragem* citada acima também se faz parte da tese exposta em *Casa Grande & Senzala*, no sentido de fazer referência à inadequação à regra, levando ao contorno de tais regras por meio de justificativas pessoais. No entanto, é válido apontar que a ideia também vai ser trabalhada pelos discípulos de Holanda, como Roberto Damatta (1986) que afirma a *prática de jeitinho* como herança direta da cordialidade, ou mais precisamente, do patrimonialismo. O autor colabora com Holanda (1995) ao afirmar que a sociedade brasileira é fruto do paradoxo presente na instauração de uma modernização forjada em modelos alheios às particularidades dela própria, criando, assim, conjuntos morais incompatíveis com a realidade de seu povo.

Daí surge o *jeitinho*, da necessidade de sobreviver a uma moral incompatível com sua configuração histórica. Nas palavras do próprio autor:

O que falta aqui e que há em excesso em países como França, Inglaterra e Estados Unidos é a concordância entre essas esferas: “Diante dessa enorme coerência entre a regra jurídica e as práticas da vida diária, o inglês, o francês e o norte-americano param diante de uma placa de trânsito que ordena parar, o que — para nós — parece um absurdo lógico e social, pelas razões já indicadas (Damatta, 1986, p. 65).

Conforme as interpretações de cordialidade, percebe-se que o ponto de vista que predomina na difusão da ideia de identidade nacional, até os dias atuais, é aquele cunhado positivamente por Gilberto Freyre e sua sedutora escrita. Embora tais teorias tenham sido criticadas e debatidas no seio da transcendência da pretensão dos determinismos totalizantes, ambas ainda demonstram forte presença. Essas identidades difundidas de maneira conjunta se mostram dominantes, desde o cenário acadêmico através da atuação dos discípulos de Freyre e Holanda, até as tramas discursivas do imaginário popular, no qual se ouve constantemente atos locutórios semelhantes ao satirizado por Millôr Fernandes na epígrafe deste capítulo.

2.2 Nas tramas do presente: entre a emergência de novas identidades e a manutenção das antigas

Com a não concretização das promessas da modernidade, as ciências humanas se empenharam em combater os anseios de definir de maneira objetiva e direta as identidades nacionais, apontando inclusive os interesses a que esses pretextos atendiam. Passando, desde então, a ponderar os diversos tipos de identidades, para além das referidas à esfera política, em suas diversas dimensões, que implicam a impossibilidade de um único termo definidor, visto sua diversidade em incontáveis aspectos. “O amplo presente, com seus mundos simultâneos, ofereceu, sempre e já, demasiadas possibilidades; por isso, a identidade que possui – se possui alguma – não tem contornos definidos” (Gumbrecht, 2015, p. 16).

A esse respeito, Stuart Hall acrescenta em sua obra *A identidade cultural na pós-modernidade*:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar ao menos – temporariamente (Hall, 2006, p.13).

Nessa empreitada pela busca de novas identidades em meio a efemeridade do presente, que mudam e coexistem com muitas outras, a presença dessa identidade ambígua que se afirmara bondosa e astuta ao mesmo tempo, levantando comparações com figuras

perseverantes, porém perspicazes como Pedro Malazartes², ainda habita em demasia na memória social dos brasileiros. Cordialidade, malandragem, sensualidade e emotividade estão presentes em muitas conversas cotidianas acerca do sentimento que envolve ser brasileiro, seja em tom de orgulho ou revolta.

2.2.1 Permanência da identidade bondosa

Adentrando os limites das Ciências Sociais, para entender essa permanência é mister fazer a utilização da obra de Jessé Souza, *A Elite do atraso: da escravidão à Lava Jato* (2017), na qual contesta a hegemonia acadêmica e popular da dupla referida acima, especialmente no que diz respeito a Sérgio Buarque de Holanda e seus discípulos, já que Gilberto Freyre permanece menos intacto, devido envolvimento em demasiadas polêmicas.

Souza (2017), alerta para a criação do sentimento de inferioridade que faz com que o brasileiro se considere incapaz de gerir seu próprio país. Sentimento esse, advindo da internalização da ideia de incompatibilidade do patrimonialismo com a gestão do Estado. O que, segundo ele, possibilita a privatização consentida e conseqüentemente, uma corrupção mais profunda, ao nível econômico.

Já no início de sua obra, o autor aqui tratado chama atenção para o seguinte processo:

Todo brasileiro enquanto criança aprende a perceber o Brasil com os pressupostos envenenados da teoria culturalista e sua cantilena das três raças formadoras, da continuidade com Portugal e a necessidade pseudocrítica de combate à corrupção só do Estado. Nas universidades, em todos os cursos, são as vacas sagradas do culturalismo conservador, Sérgio Buarque à frente, que ensinam o jovem a (não) perceber e a (não) compreender os reais problemas brasileiros. Depois, são os profissionais no direito, na mídia, nas empresas, na administração do Estado, etc. que irão comandar suas ações sob a égide mais ou menos consciente dessas ideias (Souza, 2017, p.34).

Seguindo esse viés, constata-se que o padrão de continuidade advém da hegemonia que tais teorias, especialmente a de Holanda em seu caráter crítico, tem no meio acadêmico, se diluindo, inclusive, nos discursos veiculados pelos interesses dominantes que utilizam como ferramenta, a mídia em suas diversas facetas.

² Pedro Malazartes é uma figura tradicional incorporada nos contos ibéricos que faz referência a uma personalidade malandra e astuciosa que consegue alcançar suas metas pessoais através do contorno das regras e da enganação das figuras com as quais se relaciona. Nele está presente um tipo de astúcia muito valorizada pelos brasileiros, aquela que converte as desigualdades impostas em vantagens, as superando por meio do contorno da predeterminação social.

As críticas de Souza (2017) sugerem os motivos pelos quais as identidades cunhadas pelos grandes intérpretes continuam em assídua veiculação, sendo inclusive incorporadas às novas pretensões de identidades do presente, bem como elucida algumas das estratégias utilizadas por diversos meios para que essa permanência seja possível. Para elucidar ainda o peso dessa continuidade no imaginário popular e os resultados de sua fixação, é válido consultar os adendos de Marilena Chauí (1995, 2017) quando fala sobre a construção de uma ideia de Brasil fundada sob o mito de origem de uma sociedade idílica e sua continuação através da sustentação do mito da não-violência.

2.2.2 O mito da não-violência e seus mecanismos de sustentação

O mito da não-violência consiste na reprodução de um padrão que se configura antes mesmo da chegada definitiva dos europeus a estas terras. Os contos dos viajantes, em seu cunho fictício, relataram terras que depois viria a ser o Brasil como espaço místico, uma espécie de paraíso desconhecido, ou terra de amazonas, entre outros mitos, que só vão perdendo força “ao sabor das novas expedições” (Priore, 2016, p. 48). A ótica da sociedade idílica e pacífica ainda estava presente, sob uma perspectiva científica, na obra de Freyre quando defendia a união suave entre as raças e o resultado positivo dessa união. No último século, se configurou a ideia de uma sociedade tributária do passado relatada nessas narrativas.

Segundo Chauí (1995, p.73), esse mito é refletido na autoimagem “de um povo ordeiro e pacífico, alegre e cordial, mestiço e incapaz de discriminações étnicas, religiosas ou sociais, acolhedor para os estrangeiros, generoso para com os carentes, orgulhoso das diferenças regionais e destinado a um grande futuro”. Para a autora, esse mito é o que sustenta a memória social dos brasileiros e é sob ele que se evoca unidade, ainda que a desproporção entre ele e a realidade seja facilmente revelada, uma vez que Brasil tem sido palco de diversos processos violentos desde os desenrolares coloniais até a contemporaneidade.

É fato que o Brasil foi marcado por diversos eventos que implicam violência. Seja nas práticas de controle ou nas resistências a essas mesmas práticas, o percurso sempre resultou em algum tipo de violência, física contra os corpos ou simbólica contra a dignidade. Entretanto, não há um orgulho em citar esses acontecimentos, é preferível utilizar-se de estereótipos que reneguem tais atos, como a identidade bondosa suscitada acima, ou justificativas que amenizem os eventos sangrentos, alegando ser necessário e imprescindível.

A autora, colabora ainda com a temática ao oferecer considerações acerca da dos meios de conservação dessa identidade como fator de negação da violência estrutural no Brasil. Segundo ela, a questão se condensa na interpretação que se faz da temática no Brasil.

Muitos indagarão como o mito da não-violência brasileira pode persistir sob o impacto da violência real, cotidiana, conhecida de todos e que, nos últimos tempos, é também ampliada por sua divulgação e difusão pelos meios de comunicação de massa. Ora, é justamente no modo de interpretação da violência que o mito encontra meios para conservar-se (Chauí, 1995, p. 73).

Segundo Chauí (1995), essa interpretação se dá a partir de seis mecanismos: *exclusão*, que age excluindo os corpos violentos, os acusando de não ser parte da nação; *distinção* que coloca a violência como algo acidental, não característico da sociedade brasileira; *jurídico*, na qual circunscreve a violência aos casos de criminalidade; *sociológico* que relata a violência como fase de um progresso que ainda não chegou a sua finalidade; *inversão social* que se realiza em forma de persona, encobrindo os eventos violentos, os escondendo ou os justificando.

A partir da explanação da autora acerca dos elementos de interpretação dos eventos violentos no Brasil, percebe-se que a temática não é entendida como aquilo que coisifica o ser, que priva o indivíduo de seus direitos mais básicos em ação ou intenção. É vista, no entanto, como uma possibilidade empírica restringida a espaços, tempos e corpos específicos, não representativos da essência do brasileiro. “Dessa maneira, a violência que estrutura e organiza as relações sociais brasileiras, por não ser percebida, é naturalizada e essa naturalização conserva a mitologia da não-violência” (Chauí, 1995, p. 73).

Com base nesse princípio de delegação da violência a um outro que é circunscrito aos mecanismos de interpretação citados acima, cria-se a ideia de uma sociedade alheia à violência, invadida por eventos violentos, que, em sua maioria, são delegados a uma criminalidade específica. São esses eventos e sua interpretação que lotam o sistema carcerário brasileiro, bem como justificam as operações policiais nas zonas periféricas. Essa noção de violência está relacionada à pobreza, de forma geral, e à negritude de maneira mais específica.

2.3 As desigualdades sociais como raiz da construção do outro violento e não-brasileiro

A criação dessa dicotomização da ideia de violência, explícita por Chauí (1995) também é passível de análise, uma vez que não acontece por acaso, mas fruto de um processo tão minucioso e complexo como o que envolve a sustentação da identidade pacífica e o mito da não-violência. Ambos, (aqueles tidos como representante da identidade nacional e agentes aos quais são conferidos a violência) foram selecionados historicamente, de forma que são

reproduzidos a partir de estigmas, estereótipos e tipos ideais desde as atividades coloniais até o presente.

Segundo Chauí (2019) essa escolha é feita a partir das desigualdades sociais cunhadas ainda no cenário colonial da monocultura e do patriarcalismo, responsáveis por criar uma sociedade hierarquizada e verticalizada. Consequentemente, toda formação do Brasil foi perpassada por essa desigualdade, que garante privilégios a uns enquanto nega direitos básicos a outros.

Já na chegada dos europeus a essas terras, um grupo correspondeu a definição de outro, o indígena em sua heterogeneidade. E aos outros só resta a incorporação ou a marginalização. Ademais, com crescimento de interesses nessa terra e um contato maior com o povo aqui já fixado, surge a necessidade de integrar os nativos aos padrões europeus, ou excluí-los totalmente de seu projeto de nação. Para os indígenas menos resistentes o resultado foi a perda gradativa de sua liberdade e cultura em meio às aculturações dos brancos, para os mais resistentes foi o extermínio, a escravização e o seu apagamento da história oficial.

No decorrer da empreitada da monocultura colonial, um outro já coisificado nas práticas europeias foi trazido para as Américas a partir do tráfico transatlântico. A escravidão do povo africano no Brasil perdura oficialmente da década de 50 dos anos 1500 até a sanção da lei áurea em 1888, perdurando ainda nas zonas onde a fiscalização era precária. Durante e para além desses 300 anos, o processo de coisificação do negro foi concretizado em seus mínimos detalhes, incluindo corpos, fé, cultura, sobretudo, dignidade.

As demais minorias que se configuraram por cor, classe, sexo, gênero, sexualidade, ou todos juntos, também não tiveram muitas opções no projeto de edificação da nação brasileira. As resistências foram violentamente punidas por meio do suplício, pois assim como as tratadas acima, compunham as descrições de um outro, pelo qual não se constrói empatia e humanização, pois alheio à ideia de nação em difusão até o presente.

Nas tramas que levam até o presente, a chegada da industrialização e instauração dos ideais da modernidade ocidental torna-se cara a essa pesquisa enquanto oferece a genealogia dos corpos negros marginalizados atualmente. A esse respeito, os escritos de Florestan Fernandes se mostram fundamentais, especialmente em sua obra *A integração dos negros na sociedade de classes*.

Segundo Fernandes (2008), o cenário pós-abolição não trouxe nenhum tipo de política pública voltada para a integração dos negros aos novos moldes capitalistas (molde esses, que

também foram responsáveis pelo fim do modelo escravocrata em junção a pressão dos movimentos abolicionistas).

A não integração ocorreu inicialmente a nível empregatício, uma vez que com a introdução dos meios industriais no Brasil, foi preferível contratar os imigrantes, pois segundo os empregadores este estaria integrado ao ritmo e condição de trabalhador assalariado, enquanto o recém-liberto não poderia se enquadrar nesses requisitos por ser fruto das rotinas árduas de trabalho das zonas rurais do país.

Enquanto e na medida em que se viam excluídos de tais formas de "ganhar a vida" o negro e o mulato não tinham como participar econômica, social e culturalmente daquela civilização. Ficavam condenados a um isolamento disfarçado, ajustando-se deficientemente ao mundo urbano através da herança sociocultural transplantada do antigo passado rústico do "escravo" e do "liberto" (Fernandes, 2008, p. 166).

Dessa maneira, as populações negras desempregadas tiveram que buscar práticas independentes para sobreviverem no novo cenário capitalista industrial, lutando a partir daí com a criminalização e estigmatização de sua conduta em relação ao trabalho, sendo muitas vezes retratado como ociosos e preguiçosos. Segundo Gomes e Madeira (2018, p. 466) em consonância com a abolição inacabada “vigoraram discursos e práticas de criminalização de conduta, como: a ociosidade, a vadiagem, a mendicância e a capoeiragem. Assim, a criminalização dos mestiços foi assumida como uma particularidade nacional”.

Acompanhando a não integração ao ambiente de trabalho, soma-se a ausência de espaços para moradias no cenário urbano do Brasil. As áreas centrais foram relegadas às classes mais altas desde a instauração do Império, sobrando para os grupos mais pobres às margens das cidades. Nessa ocupação das margens, inicia-se o processo de favelização no Brasil, que relegou a uma maioria de negros descendentes de escravizados a construção de moradias em morros desnivelados e áreas de risco geográfico.

Esses fatores que acometeram a parte não branca da população na transição e durante o século XX se enraizaram tanto em suas formas dificultosas de vida, como na estigmatização criadas em relação a ela. Moura (1998) já chamava atenção para duas pontes ideológicas que sustentam as redes discursivas empregadas sobre o negro no final do último século.

A primeira se referia a ideia de democracia racial, apresentada anteriormente na obra ensaística de Freyre (2003). A segunda, em decorrência da primeira, sustentava que “se os negros e demais segmentos não-brancos estão na atual posição econômica, social e cultural a culpa é exclusivamente deles que não souberam aproveitar o grande leque de oportunidades que essa sociedade lhes deu” (Moura, 1998, p.75).

Nesse sentido, evidenciam-se os pilares históricos que lograram as populações pretas, indígenas e mestiças ao cenário atual de marginalização em seus diversos sentidos e os motivos pelos quais lhes foram atribuídos o domínio de toda violência que passa pelo filtro do mito da não-violência, os colocando como os outros, junto às demais minorias sociais.

2.4 A mídia no controle: veiculação do “eles” violentos e defesa do “nós” brasileiros

É válido ainda investigar acerca dos meios difusores das ideias tratadas até aqui. Para essa empreitada, os apontamentos de Chauí (1999) e Souza (2017) são ainda relevantes na medida em que ambos apontam o poder dos meios de comunicação em massa para a manutenção da identidade e segregação daqueles que não a compõem, especialmente quando se trata da mídia nacional. Guardo, no entanto, os devidos apontamentos sobre o posicionamento dos autores em relação às teses de Holanda.³

A estratégia utilizada por esse meio parte dos mesmos pressupostos apresentados anteriormente, sonegar, atribuir e justificar. Se sonega a violência enquanto fator estrutural por meio da exaltação da identidade pacífica e não-violenta, enquanto se veicula massivamente casos que atribuem a violência cometida a grupos específicos. Depois, justifica-se que é necessário combater esses grupos, pois seriam eles a única causa da violência, a praga que impede a civilização brasileira. E para combatê-los, entra o apelo a simbolismos que clamam punição, ideia que em si só já implica violência, mas que passa pelo julgo popular de forma velada, justificada e consentida.

Para essa veiculação, a programação que melhor atende a estratégias de permanência dos estigmas até aqui descritos é uma categoria específica do telejornalismo, condensada nos jornalismo policiais e/ou justiceiros. Para a designação desse tipo singular de jornalismo nos campos analíticos de suas práticas, se veicula os termos *criminologia midiática* e *populismo penal midiático*. Essas práticas apresentam um peso considerável na circulação de estereótipos relevantes para caracterização do grupo tido como único detentor da violência. E é sobre este tipo que vou me deter de maneira pormenorizada ao me referir a atuação da mídia.

Chegando ao objeto principal da pesquisa aqui vigente, me aproprio das contribuições do campo da criminologia e do direito, especialmente dos estudos de Eugênio Raúl Zaffaroni e

³ Chauí, concordando com a tese Buarqueana, também atribui o presente ao reflexo do colonialismo e das relações de poder autoritárias, que resultaram em uma sociedade hierárquica e verticalizada. Jessé Souza, por outro lado, discorda dessa ideia de permanência de patrimonialismo como pressuposto para o atraso.

Luís Flávio Gomes, a fim de tecer o link que une a temática inicial apresentada acima e sua sustentação através desse ramo da mídia que segundo os autores supracitados, é responsável pela massificação do outro violento apresentado por Chauí. Zaffaroni já chamava a atenção para o seguinte:

A criminologia midiática cria a realidade de um mundo de pessoas decentes, diante de uma massa de criminoso, identificada através de estereótipos, que configuram um eles separado do resto da sociedade, por ser um conjunto de diferentes e maus (Zaffaroni, 2013, p. 147).

Esse jornalismo atua através da criação da sensação de medo, advinda da difusão da ideia de ausência de segurança. Tudo isso provoca a necessidade de soluções mágicas e imediatas para o tratamento dos elementos que provocam esse medo, abdicando da reflexão acerca de possíveis soluções para os crimes frutos de espetacularizações. “Criado o clima geral de insatisfação, de intranquilidade e de incerteza, não resta outro recurso, dizem o governo e o legislador, senão editar novas leis penais” (Gomes, 2014, p. 29).

Para elucidar o estudo de tal relação, é caro a empreitada aqui traçada, adentrar aos limites da História do Tempo Presente, uma vez que esse campo se fundamenta sobre os estudos dos presentes tributários de eventos passados que se fazem presentes a partir do lugar de memórias individuais e coletivas de corpos que viveram e testemunharam situações determinantes em sua trajetória em longa duração.

2.4.1 A relevância da História do Tempo presente na análise da atuação da mídia sob a roupagem da criminologia midiática

O campo da História do Tempo Presente se faz especialmente relevante para a pesquisa aqui realizada por romper com as definições de ciência histórica cunhada na modernidade junto a institucionalização da disciplina, que previam um afastamento do objeto de estudo, renegando qualquer tipo de testemunho e se opondo a qualquer explanação sobre o presente. Ferreira afirma que:

Se se acreditava que a competência do historiador se devia ao fato de que somente ele podia interpretar os traços materiais do passado, seu trabalho não podia começar verdadeiramente senão quando não mais existissem testemunhos vivos dos mundos estudados. (Ferreira, 2002. P. 315)

Em oposição a esse cenário objetivo, a História do Tempo presente atua a partir da tomada do presente como espaço de investigação, uma vez que descredibiliza a ideia de qualquer tempo histórico como acabado, como detentor de fatos inflexíveis, admitindo os usos

que se pode fazer do passado no presente, ou da improbabilidade das explicações para um futuro incerto.

Ainda de acordo com Marieta de Moraes Ferreira, fonte de extrema relevância para a temática:

A linha historiográfica que explora as relações entre memória e história rompe com uma visão determinista que limita a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente ao reconhecer claramente que o passado é construído segundo as necessidades do presente (Ferreira, 2002, p. 324).

Nesse sentido, a História do Tempo presente se mostra fundamental para o estudo da temática aqui vigente, pois assim como afirma Dosse (2012, p. 6) ao defender sua singularidade, esse ramo “reside na contemporaneidade do não contemporâneo, na espessura temporal do «espaço de experiência» e no presente do passado incorporado” (grifos do autor). Tal descrição se mostra proporcional ao tema aqui tratado, pois experienciado no presente a partir da manutenção de noções fundadas no passado e veiculadas no cotidiano.

Além disso, o campo referido admite a complexidade de seus estudos em meio à aceleração do tempo que implica uma constante transição em seus objetos, bem como uma quantidade de fontes inesgotáveis e impossíveis de serem totalmente dissecadas, tal qual se buscava nos paradigmas modernos.

Dosse (2012, p. 6), ao comparar as problemáticas da história do tempo presente entre 1922 e 2011, aponta para a constante historicização da disciplina na medida em que afirma que “enquanto em 1992 o fato que gerou polêmica foi a utilização de fontes orais, em 2011, o que está no cerne dos debates é o aumento das fontes imagéticas, dos recursos relativos a informática e a inflação arquivística que produz um excesso de documentos”. Esse excesso de documentos se torna ainda mais difícil de ser apreendido quando se refere a temáticas voltadas aos meios de comunicação em massa, como o estudo da atuação da criminologia midiática, nessa investigação suscitada.

A História do Tempo Presente colabora ainda com a temática enquanto admite os limites de sua objetividade, já que seus objetos ainda estão em constante transição, não prezando por um conceito esgotado ou pela busca da verdade absoluta. Como afirma o historiador francês Henry Rousso acerca das pretensões desse campo da História:

Já não se trata de captar um movimento linear, de compreender uma história em processo, mas de combater em duas frentes: a da história e a da memória, a de um presente que não se quer ver passar, a de um passado que volta para assombrar o presente, sendo a distinção entre as duas por vezes inalcançáveis (Rousso, 2016, p. 302).

Ainda sob os domínios de tal campo, proponho uma abordagem interdisciplinar para o problema de pesquisa apresentado, na medida em que se faz necessário enveredar pelos domínios de outras ciências na pretensão de abordar os motivos pelos quais tais mecanismos de sustentação se fazem relevantes para a sociedade. François Dosse (2012, p. 14), declarou sua posição positiva quando se trata de tal abordagem dentro da História do Tempo Presente ao afirmar que os profissionais desse campo “têm a necessidade, para realizar com maior êxito suas pesquisas, de trabalhar com os cientistas políticos, jornalistas, sociólogos, geógrafos, psicanalistas, antropólogos e críticos literários”.

Nesse sentido, enfatizo a análise, enviesada pela abordagem da História do Tempo Presente, das relações travadas entre a mídia e a manutenção da identidade afirmada bondosa e não violenta, na medida em que a primeira contribui para a veiculação dos corpos segregado pela segunda em seu projeto de nação.

Tendo deixado claro nesse capítulo a pretensão de entender a relação existente entre os resquícios da identidade hegemônica do século XX e a atuação do jornalismo policial, algumas questões se fazem pertinentes para a delimitação dos objetivos pretendidos para o capítulo seguinte.

A primeira e mais importante é a definição conceitual de criminologia midiática e populismo penal midiático. Em consequência da primeira, é necessário entender também o contexto de tais titulações e de que maneira elas se fundamentaram. A respeito de sua prática, é válido também analisar suas características definidoras e sua forma de atuação, evidenciando, a partir disso, seu peso na veiculação da criminalização predeterminada da pobreza e da negritude. Por último, é válido, ainda, apresentar sua aceitabilidade pela população e as justificativas para tal consentimento.

3 CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA: CONCEITUAÇÕES, CARACTERÍSTICAS, FINALIDADES E MECANISMOS DE ACEITAÇÃO

“Ser pobre numa sociedade rica implica em ter o status de uma anomalia social e ser privado de controle sobre sua representação e identidade coletiva.”

(Zygmunt Bauman)

De forma geral, os termos *Criminologia Midiática* e *Populismo Penal Midiático* referem-se a categorias analíticas utilizadas para descrever a atuação da mídia na divulgação de crimes selecionados, bem como sua postura determinante na percepção pública acerca da segurança nacional, dos processos penais e das medidas punitivas. Entretanto, é válido destacar que, embora sejam utilizados para o trato do mesmo objeto, ambos têm constituições estruturais distintas. Na análise aqui empreendida, optamos por utilizar o primeiro em detrimento do segundo, visto sua adequação conceitual aos objetivos aqui traçados.

3.1 Criminologia Midiática e Populismo Penal Midiático: Congruências e disparidades

Criminologia Midiática é como denominam a área emergente da criminologia que investiga as relações traçadas entre a incidência de crimes, sua representação pela mídia e a influência dessa representação sobre o julgo popular lançado sobre os crimes e criminosos ilustrados pela mídia. Tal ramo ganhou força a partir dos anos 70, após o alargamento do acesso aos meios de comunicação em massa e o consumo evidente de suas programações, chegando à atualidade em obras de autores como Ray Surette, Chris Greer e Eugênio Raul Zaffaroni.

Populismo Penal Midiático é um termo mais utilizado por teóricos nacionais, como Luís Flávio Gomes e Samuel Silva da Fonseca Borges. O conceito carrega em sua composição estrutural três palavras que resumem bem o objeto de sua dissecação. O termo *Populismo*, isoladamente, se refere ao fenômeno arduamente estudado na América do Sul que diz respeito ao ato de conceder direitos em troca de apoio popular. *Penal* faz referência à esfera penal, que envolve, dentre outras facetas, o direito penal e suas medidas punitivas. *Midiático*, por fim, se refere ao peso da mídia na exposição e moldagem dos eventos relatados em sua programação.

Quando juntas na ordem apresentada, o termo passa a ser entendido, segundo Gomes (2014), como um método *hiperpunitivista* que apela para a emotividade do saber popular

através da espetacularização dos crimes, efetuada pela mídia, carregando, sobretudo, o intuito de conquistar o consenso necessário para a aplicação de leis mais severas na punição da criminalidade, medidas essas, vendidas como solução para a insegurança social.

Entretanto, respeitando a complexidade presente na construção de tal conceito e admitindo o uso das postulações de seus conceituadores, é igualmente elucidativo para essa pesquisa apresentar a discussão gerada acerca do uso do termo populismo e seu peso na historiografia marxista atuante no Brasil durante o último século.

O fenômeno populismo começou a ser estudado no Brasil sob a tutela da historiografia marxista que atuou entre o final dos anos 60 e início da década de 70 do ano de 1900. O tema surgiu após a instauração do golpe militar de 64, atendendo às pretensões de estudar o esgotamento da democracia nacional, bem como “a participação dos trabalhadores organizados em partidos e sindicatos na crise institucional de 1964 e seus desdobramentos no regime ditatorial militar” (Jesus, 2020, p. 375).

Nesse sentido, suprimindo a necessidade de aprofundamento acerca da constituição da classe trabalhadora sul-americana e sua posição no cenário político, nomes como Boris Fausto (1930-2023), Octávio Ianni (1926-2004), e especialmente, Francisco Welffort (1937-2021), contribuíram para a edificação de um esquema objetivo acerca do populismo.

Nele, assegurava-se o populismo como consequência direta da crise econômica de 1929 e sua repercussão na perda de hegemonia por parte das elites agrárias exportadoras, fator que acarretava esvaziamento do poder, e, conseqüentemente, em seu preenchimento pelas figuras carismáticas que edificaram sua atuação através da dominação consentida das massas trabalhadoras de países sul-americanos.

Segundo Ronaldo Pereira de Jesus (2020, p. 376), o esquema pode ser resumido superficialmente da seguinte forma: “crise da hegemonia do setor agrário exportador, vazio de poder, líder carismático, manipulação política e econômica das massas, servilismo dos trabalhadores sindicalizados”.

Conforme o mesmo autor, tal esquema se difundiu de forma hegemônica, se fazendo ainda presente nos títulos atribuídos a certos governos e governantes, especialmente nas análises empreendidas pela grande mídia que se utiliza de tal termo “para caracterizar personagens políticos latino-americanos de grande popularidade [...] aos quais se pretende imputar ilegitimidade, alegando funcionamento falho da democracia, manipulação ideológica e ignorância dos cidadãos eleitores” (Jesus, 2020, p. 376-377).

Contudo, apesar da difusão ampla desse sentido e sua permanência na atualidade, diversos autores discutiram cientificamente o seu uso no Brasil. Entre eles, Luiz Werneck

Vianna e Edgar Salvadori de Decca entre o final dos anos 70 e início dos 80. Entretanto, quem atuou de maneira decisiva nesse debate foi Ângela Maria de Castro Gomes em seu *A invenção do trabalhismo* (1988). Na obra em questão, a autora busca repensar a relação entre classe trabalhadora e Estado brasileiro, de forma que sustenta uma atuação não passiva da primeira em relação ao segundo, contrariando as sugestões do populismo.

A autora introduz o termo *trabalhismo* para indicar a relação de aliança empreendida entre a classe trabalhadora e os líderes carismáticos tratados no populismo, incluindo as “demandas dos trabalhadores e as formulações do governo, num jogo de pressões e concessões mútuas” (Jesus, 2020, p. 378).

Nesse sentido, sua tese evoca um lugar de consciência política por parte dos trabalhadores ao mesmo tempo, em que nega a ideia de manipulação ideológica verticalizada empreendida pelas figuras políticas. Ainda segundo Jesus:

O advento do “trabalhismo” demarca historicamente a constituição da classe trabalhadora como ator coletivo central do fenômeno cultural e político em que se articulam valores, ideias, tradições e modelos de organização, resultantes da relação de reciprocidade material e simbólica estabelecida entre trabalhadores e Estado, em que os primeiros são ao mesmo tempo, sujeito e objeto (Jesus, 2020, p. 378).

Mais tarde, autores como Daniel Arão Reis Filho e Jorge Ferreira reforçarão os sentidos perigosos que a palavra populismo pode representar, posicionando-se sobre o termo, análises mais profundas e críticas cabíveis.

Tendo em vista tal problemática e suas ressonâncias, a utilização do termo criminologia midiática para descrever a relação entre criminologia, mídia e seus consumidores, se apresenta mais adequada aos objetivos pretendidos neste trabalho. Afinal, os apontamentos aqui levantados colaboram com a ideia de não passividade do público em relação aos conteúdos consumidos, tal qual sustentou Ângela Maria de Castro Gomes a respeito da relação entre classe trabalhadora e Estado.

É pretendido, aqui, apontar um processo identificativo que envolve esferas conscientes e inconscientes, materiais e simbólicas no alinhamento dos interesses velados dos telespectadores às estratégias de veiculação de conteúdo da mídia. Para isso, é indispensável optar pelo termo Criminologia Midiática, uma vez que o Populismo Penal Midiático carrega tantas significações que sugerem verticalidade da mídia sobre seu público-alvo.

É mister também apontar que, ao me referir à abordagem da criminologia midiática nesse trabalho, estaremos referenciando de maneira específica a sua atuação por meio dos discursos veiculados nos telejornais policiais por meio da construção de sua programação, bem como dos resultados dessa programação no meio social.

A criminologia midiática como veículo, atua mediante diversos outros meios como jornais impressos, blogs, e redes sociais no geral, não incluídos no recorte desta pesquisa, visto seu foco sobre os telejornais policiais e sua passionalidade na escolha da produção de sentidos acerca da realidade como acontecimento. Thompson (2011, p. 285) já apontava que “o conhecimento que nós temos dos fatos que acontecem além do nosso meio imediato é, na maioria, derivado de nossa recepção das formas simbólicas mediadas pela mídia”.

3.2 Características constituintes da abordagem da Criminologia Midiática

A criminologia midiática, segundo os apontamentos de Gomes (2014), age de forma paralela à criminologia científica e à justiça oficial. Através da prática telejornalismo policial e seu jogo noticiário, é veiculado uma visão de justiça alternativa, a qual acusa, investiga, incrimina e julga com base em seus próprios conceitos, sem apresentar fundamentação teórica, conceitual ou empírica acerca dos casos “solucionados” por seus expoentes de maneira superficial e pouco eficaz.

Para a concretização desse processo paralelo, algumas características de atuação são decisivas na empreitada dos representantes da criminologia midiática. Esse ramo atinge seus objetivos por meio de um esquema de ações determinantes que ocorrem de maneira consecutiva e interdependente.

A primeira parte desse esquema diz respeito à representação imagética que se faz dos crimes selecionados por essa programação e da sensibilização que se busca por meio dela. Segundo Zaffaroni (2013, p. 196), “O gancho da comunicação por imagens está no fato de ela impactar a esfera emocional. Por isso, não se pode estranhar que os serviços de notícias pareçam antes sínteses de catástrofes”.

As matérias mais visualizadas dos telejornais policiais são ilustradas por imagens chocantes, que exprimem cenas de crimes sangrentos, ambientes sombrios, familiares aflitos e criminosos não atravessados pelo remorso. Tais representações são ainda acompanhadas por áudios que retratam tensão, enquanto a narração dos jornalistas e âncoras do programa, seja ao vivo ou em gravação, enfatiza os aspectos mais violentos da matéria, expressando indignação e decepção perante a audiência.

Os atos locutórios desses jornalistas, especialmente dos âncoras de cada programa, são determinantes no desenrolar do esquema, já que são estes, através de sua linguagem simplista e alheia aos jargões jurídicos, que anunciam o estado de insegurança, evocando a sensação de medo por parte dos telespectadores que ao se projetarem nas vítimas dos crimes apresentados,

temem que o mesmo aconteça consigo, buscando assim, soluções desesperadas e não refletidas para a restauração de sua segurança.

É na instauração desse cenário de insegurança que a segunda parte do esquema se mostra presente, agindo por meio da crítica à atuação do Estado na garantia de segurança. Normalmente, após reportagens violentas sobre determinados delitos, esses expoentes atuam através do ataque ao sistema de segurança do Brasil, criticando uma suposta exaustão da benignidade por parte dos juízes e/ou acusando o sistema penitenciário de ser ineficaz, devido penas muito curtas, leves ou estadias muito hospitalares, dentre outros apontamentos que sugerem repulsa aos programas de segurança nacional.

Gerada a inquietação provocada pelas duas primeiras etapas, a criminologia midiática apresenta a terceira parte de seu esquema, que é também seu objetivo de ação: as soluções imediatas. Após a massificação de um tipo de crime e criminoso filtrado em um minucioso processo de seleção e uma série de críticas à segurança nacional, os representantes desse ramo do jornalismo apresentam seu leque de sugestões para o melhoramento do serviço da justiça brasileira.

Gomes (2014) sugere a ineficácia das medidas sugeridas por essas figuras ao apontar a incapacidade de tais propostas se posicionarem além da superficialidade da problemática, indicando seu caráter leviano e pouco fundamentado.

Tudo isso não passa, na maioria dos casos, de respostas fáceis (e falsas) para a “solução” de problemas extremamente complexos (o da insegurança coletiva, o da criminalidade, prevenção, controle do delito e das camadas sociais menos favorecidas, controle da corrupção etc.) (Gomes, 2014, p. 29).

Mediante a grande influência desses programas midiáticos sobre a formação do juízo popular, cria-se, geralmente, uma pressão por parte dos telespectadores para que o sistema judicial instaure as medidas propostas pelos âncoras desse tipo de jornalismo.

Certas vezes, essas demandas são desproporcionais ao controle e tais reivindicações são executadas, como as tantas leis penais sancionadas nos últimos anos no Brasil. Fato que, para Gomes (2014, p. 29), é ineficiente, visto que “não há comprovação empírica sobre a diminuição de qualquer índice da criminalidade, apesar das 96 leis penais das últimas três décadas”.

Em outras tantas, essa rede discursiva é mantida de forma mais modesta, atuando como um espectro que vês por outra volta ao centro das reivindicações, como as pautas que propõe penas mais longas, a existência de mais presídios, menos direitos para os presidiários, mais intervenção policial nas zonas periféricas, menos reinserção social para aqueles com antecedentes criminais. De maneira geral, são propostas que voltam à tona mediante certos contextos, apontando para uma seletividade na aplicação dos direitos humanos.

3.2.1 Regime de Historicidade Presentista: a otimização do presente como fundamento do imediatismo contemporâneo

As demandas imediatistas apresentadas acima, intituladas por Zaffaroni (2013) como soluções advindas do “pensamento mágico”, podem ser analisadas ainda historicamente, de maneira que suas edificações se apresentam, sobretudo, como fruto de seu tempo. A contemporaneidade, envolvida pelo que Hartog (2013) nomeia de *regime de historicidade presentista*, é dotada da aceleração dos processos históricos, bem como de suas representações instauradas através dos diversos meios de difusão.

Esse regime, segundo o autor, é composto pela seguinte forma de atuação:

Nessa progressiva invasão do horizonte por um presente cada vez mais inchado, hipertrofiado, é bem claro que o papel motriz foi desempenhado pelo desenvolvimento rápido e pelas exigências cada vez maiores de uma sociedade de consumo, na qual as inovações tecnológicas e a busca de benefícios cada vez mais rápidos tornam obsoletos as coisas e os homens, cada vez mais depressa (Hartog, 2013, p.147-148).

Colaborando com tal ideia, Gumbrecht (2015, p. 15) afirma que “entre os passados que nos engolem e o futuro ameaçador, o presente transformou-se numa dimensão de simultaneidades que se expandem.” Para o autor, em detrimento da ruptura da perspectiva otimista acerca do futuro, instaurado pela contemporaneidade, o presente se faz a única certeza no horizonte de expectativa ocidental, sendo experienciado através da otimização do tempo em cada instância, sem pretensões para o futuro ou saudosismos ao passado.

Nessa configuração, a presença dos meios de comunicação (caso da atuação do telejornalismo policial transmitido pela TV) se mostra pilar edificante dessa realidade, pois é em sua efêmera atuação que se vive e se registra o presente. Nesse sentido, a atuação do jornalismo e a intensidade das demandas de seu público-alvo se fazem produtos da atual forma de contabilização da esfera Tempo.

3.3 Intenções da Criminologia Midiática: manutenção da estigmatização da negritude e da criminalização da pobreza

O esquema apontado até aqui, também é passível de ser analisado através dos pontos de congruência de sua atuação que apontam para sua finalidade, no sentido de deter uma intenção direcionada, que não por acaso converge com os interesses do poder emergente, ao atuar na sustentação de mecanismos caros a esse. Afinal, como supôs Foucault acerca do discurso e sua relação com o poder:

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm

por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 1966, p.9).

Nesse sentido, todas as etapas do esquema tratado acima entram em congruência ao apontarem para a criação de uma realidade baseada em uma visão dicotômica que divide a sociedade entre cidadãos pacíficos e criminosos violentos. Nessa divisão maniqueísta, os bons são aqueles que cabem na ideia de identidade nacional apresentada no primeiro capítulo, aquela autointitulada bondosa, malandra e alheia à violência. Já os títulos de maus são atribuídos aos indivíduos excluídos desse projeto nacional por meio dos próprios mecanismos de construção da nação, aqueles que sofreram a invasão, escravidão, não integração, privação e estigmatização.

Na primeira parte do esquema, os crimes que constituem o padrão do telejornalismo policial se concentram nesses *outros*, identificados por sua cor, condição socioeconômica, vestimenta, expressões culturais, local de moradia, forma de trabalho, entre outras maneiras de estigmatização das formas de viver das massas negras e pobres no Brasil.

Na segunda seção, as críticas relacionadas à ausência de punição proporcional são direcionadas ao tratamento dispensado a essas mesmas figuras. Na terceira e última parte, as sugestões de medidas mais severas são novamente direcionadas a esses segmentos, já que a elite branca é acusada, julgada e sancionada específica e proporcionalmente à sua influência econômica.

Zaffaroni (2013) já apontava para a seleção consciente feita durante a escolha das matérias que vão ao ar nesses jornais. O procedimento consiste em apontar delitos cometidos por corpos estigmatizados em casos isolados de maneira contínua até que se crie um estereótipo que vincule aquela figura a determinados tipos de crimes e assim siga o sustentando.

Este *eles* é construído por semelhanças, para o qual a televisão é o meio ideal, pois joga com imagens, mostrando alguns dos pouco estereotipados que delinquem e, de imediato, os que não delinquiram ou que só incorrem em infrações menores, mas são parecidos (Zaffaroni, 2013, p. 197).

Essa programação é fruto de um minucioso procedimento que não implica somente na escolha dos personagens, mas também dos crimes a serem expostos. “Para configurar este eles são cuidadosamente selecionados os delitos mais carregados de perversidade ou violência gratuita” (Zaffaroni, 2013, p. 197). Tal traço é explorado na pretensão de atrelar a figura dos personagens a determinados crimes e com isso, gerar a sensação de insegurança perante essas figuras selecionadas.

3.3.1 Um olhar da Criminologia Crítica: *Teoria do Etiquetamento*

Traçando diálogo com a Criminologia Crítica, entender as nuances da *Teoria do Etiquetamento* ou *Labelling Approach* se faz caro a essa pesquisa, na medida ao menos em que aponta a seletividade sistêmica na rotulação de certos crimes e criminosos. A partir da década de 60 e o contexto de lutas dos movimentos sociais que lhe envolveu, os estudos ocidentais acerca dos crimes e sua representação social se fizeram notáveis na figura do que viria a ser intitulado na próxima década de Criminologia Crítica.

Tal abordagem teórica traçava críticas direcionadas ao paradigma criminológico em vigor até então, especialmente no que diz respeito às abordagens positivistas e funcionalistas, ainda muito embasadas na ideia de crime como uma identidade ontológica, algo acabado em si.

Essa nova abordagem da criminologia, aliada à análise marxista e sua teoria materialista, traçou como objetivo norteador a investigação das camadas e os contextos envolvidos na esfera dos crimes analisados. Nesse viés, visava levar em consideração o período histórico, o espaço de acontecimento, o modo de produção, bem como as classes sociais e seu fator decisivo no panorama de interpretação acerca desses crimes, apontando inclusive, para a colaboração existente entre as instâncias judiciais, penais, sociais e a manutenção dos modelos caros ao funcionamento do sistema capitalista.

Giovanna Canêo e Eunice Teresinha Fávero (2023) chamam atenção para essa aliança quando relatam as estratégias do direito penal e seu processo de criminalização:

O Processo de criminalização do Direito Penal legitima manutenção do sistema capitalista e sua ideologia classista, racista e patriarcal, reforçada mediante o desenvolvimento, a aplicação e a execução das leis penais que servem de sustentáculo das desigualdades de classe, raça e gênero, na criminalização primária e na criminalização secundária. (Canêo; Fávero, 2023, p. 187)

Tais ideias se fazem ilustradas na teoria do *Etiquetamento* ou *Labelling Approach*, elaborada no mesmo contexto histórico, na qual se explora a ideia de que certos indivíduos sofrem uma criminalização sistêmica que vem, antes de tudo, das desigualdades já instauradas. Nela se defende, também, a ideia de que esses indivíduos já criminalizados internalizam tais estigmas e se tornam proporcionais aos rótulos colocados sobre eles, de maneira que o rótulo pré-determinado aumenta ainda mais a criminalidade que propunha diminuir.

Winfried Hassemer (1940-2014), contribuidor dos estudos acerca do direito penal, define a teoria da seguinte forma:

O chamado *labeling approach* (enfoque do etiquetamento), que adota o seu nome a partir da sua tese central: a criminalidade não é característica de uma determinada conduta, mas o resultado de um processo de atribuição, de uma estigmatização; *a criminalidade é uma etiqueta*, a qual é aplicada pela polícia, pelo ministério público e pelo tribunal penal, pelas instâncias formais de controle social (Hassemer, 2005, p. 101-102).

Nessa teoria, quebra-se a influência positivista que sustentava a compreensão de que os criminosos eram um corpo determinado biologicamente, uma falha a ser segregada. De maneira oposta, a teoria do *Etiquetamento* entende o criminoso como fruto de uma construção social que advém de espaços, situações econômicas, familiares e psicológicas determinantes em seu processo a longo prazo.

Segundo Canêo e Fàvero (2023, p.191), “a criminologia crítica compreende o Direito Penal como desigual: na definição de crimes, na aplicação das penas e na execução penal”. Segundo essa vertente, o direito penal intenciona, dessa forma, mascarar a relação existente entre a criminalidade e a desigualdade, base para a manutenção da sociedade capitalista.

É válido apontar, ainda, que essas predeterminações não estão atreladas somente às instâncias de controle formais, mas também pelas informais. O direito penal, influenciado pelo paradigma positivista e buscando a manutenção do capitalismo, se ramifica pelas demais formas de sustentação, entre elas a mídia, que se alia ainda aos interesses do saber popular representado pela figura de seus telespectadores.

Dessa forma, a Criminologia Crítica confirma o caráter enviesado das noções construídas e sustentadas acerca dos criminosos, bem como aponta para os interesses a que essas noções correspondem. A mídia, como aparelho igualmente controlado pelas ideias dominantes, atua a seu serviço na seleção e veiculação de certos tipos que edificam os estereótipos já impostos sobre os corpos segregados.

Tendo abordado as intenções de tal forma de programação, é válido, ainda, analisar os mecanismos de aceitação imbricados no consumo e reprodução de tais noções por parte dos telespectadores desses programas. Cabem, nesse sentido, conjecturas que remontam o processo de identificação entre essas duas esferas.

3. 4 Mecanismos de aceitação: uma contribuição psico-histórica

É válido questionar se há apenas a hipótese de uma crença completamente manipulada nas informações passadas pelo jornalismo policial, ou se há também algo que indique um fator de aliança entre as imagens veiculadas por esses meios e certas ideias naturalizadas no imaginário social, somadas ainda, aos traços humanos mais primitivos, não superados.

Zaffaroni já indagava acerca da segunda hipótese aqui sugerida quando fazia a seguinte questão: “Mas por que as pessoas a aceitam ou ficam indefesas diante dessa construção da realidade?” (Zaffaroni, 2013, p. 194). No mesmo trecho, oferece ainda suas sugestões: “A disposição em aceitá-la obedece a que, assim, se reduza o nível de angústia que gera a violência

difusa [...] quando a angústia é muito pesada, ela se converte, através da criminologia midiática, em medo a uma única fonte humana” (Zaffaroni, 2013, p. 194).

Para entender o embasamento histórico de tal sugestão e sua proporcionalidade com o objetivo aqui explorado, é necessário retroceder ao processo de separação imposto sobre as categorias *sociedade* e *indivíduo* no decorrer da formação do processo civilizatório ocidental. A respeito desse objeto, o pensamento de Nobeit Elias (1897-1990) e sua influência epistemológica se fazem fundamentais, especialmente nas investigações traçadas nas obras complementares *Processo Civilizador* (1939) e *Sociedade dos Indivíduos* (1994).

3.4.1 Entre Freud e Nobeit Elias: As consequências da civilização

Ao traçar uma análise mais profunda da dicotomia existente entre sociedade e indivíduo, investigando a formação do processo civilizatório europeu como objeto, Nobeit Elias, chega à conclusão de que a medida em que o ocidente foi aumentando os padrões de burocratização, iniciou-se um processo de repressão dos instintos humanos.

O processo aconteceria da seguinte forma, segundo o pensamento de Elias: “a inscrição no indivíduo de normas e regras sociais leva-o a ter que abandonar certos modos e padrões de comportamento, renunciando a uma forma de satisfação pulsional que o colocava em relação particular com certos objetos.” (Costa; Endo, 2014, p. 23)

De acordo com Costa e Endo (2014) o processo civilizador, contemplado nas análises de Nobeit Elias, influencia o corpo humano em todas as suas demandas, de maneira que as proibições morais e éticas se tornaram a longo prazo, responsáveis pelas alterações de conduta e sentimento que converteram as restrições externas em auto regulação.

A violência, tratada aqui nacionalmente, se circunscreve nesse lugar como um dos impulsos vetados, uma vez que após a formação dos primeiros Estados europeus, os detentores da força se apresentam como reguladores de todos os conflitos, seja por meio do *fazer morrer* dos monarcas absolutistas ou do *deixar morrer* instaurado com o advento da contemporaneidade⁴, retirando assim, o direito de punição direta do indivíduo contra seu próximo.

⁴ Em sua obra, Michel Foucault analisa a transformação do exercício do poder nas sociedades modernas. Anteriormente, o poder soberano era caracterizado pelo direito de decidir sobre a vida e a morte dos indivíduos, manifestado na expressão "fazer morrer e deixar viver". Entretanto, nas sociedades contemporâneas, houve uma mudança de foco, de maneira que o poder passou a se concentrar na lógica de "fazer viver e deixar morrer". Esse deslocamento indica que o controle não está mais primordialmente associado à decisão de tirar vidas, mas sim à gestão da vida e à regulação dos corpos e das populações, já que após a instauração da sociedade capitalista industrial, os corpos produtivos se tornaram parte essencial na produção e consumo de

A esse respeito, o uso da influência epistemológica de Elias se apresenta relevante, especialmente no que diz respeito à utilização da teoria da formação do aparelho psíquico e da teoria pulsional advinda da obra freudiana. Para Sigmund Freud, esse impulso de violência e agressividade, controlado e redirecionado no processo civilizatório ocidental, é intrínseco à espécie humana e um regulador da culpa. Segundo o autor, esse desejo de violência é incessante e sempre se manifesta, seja contra o outro ou contra si.

Tais instintos estão presentes no que Freud chama de *pulsão de morte* ou de destruição, definida por ele da seguinte forma: “podemos pensar que sua meta última parece ser a de levar as coisas vivas ao estado inorgânico” (Freud, 2014, p. 64). Sendo parte real e natural do aparelho psíquico do indivíduo, tal pulsão não poderia desaparecer a partir da repreensão advinda das normas de controle da civilização, ao contrário disso, ela atuaria de maneira desfuncionada internamente contra o próprio indivíduo na forma de culpa.

Nas palavras dele, ao relacionar a criação do superego com a intimidação das pulsões:

Com a instauração do superego, montantes consideráveis do impulso agressivo são fixados no interior do eu e ali atuam de maneira autodestrutiva. É um dos riscos higiênicos que o ser humano toma sobre si em seu caminho rumo ao desenvolvimento cultural (Freud, 2014, p. 69).

Confirmando tal tese, Azevedo e Neto (2015, p. 170) afirmam que “Quando desfuncionada, a pulsão de morte encontraria no superego um aliado e seria responsável pela dureza e crueldade exibida dessa instância, e por uma ação exagerada e excessivamente punidora voltada ao ego”.

Tais ideias apontam para as consequências internamente negativas das construções históricas relacionadas à moral presente no processo civilizatório apresentado por Elias. Como toda repreensão civilizatória cometida sobre os corpos, a restrição da violência também implica na criação de neuroses, tais quais as defendidas por Freud em relação à repreensão sexual.

3.4.2 Uma fenda na moral: os *bodes expiatórios* como frutos históricos

Na tentativa de amenizar os impactos dessas consequências autodestrutivas, a própria civilização, enquanto corpo estrutural, se encarregou de criar válvulas de escape para o direcionamento dessa pulsão reprimida pela moral. É válido aqui retomar a tese já exposta por Zaffaroni (2013), quando afirma que, ao longo da história da criminologia, foram sendo

bens caros ao funcionamento do capitalismo contemporâneo. Tal empreitada, intitulada na obra do autor como *biopolítica*, no entanto, não se opõe a negligenciar a manutenção da vida daqueles que não se adequaram por questões históricas a esse funcionamento.

construídos *outros* passíveis de se despejar, mesmo que de maneira simbólica, a violência retida por meio da punição institucionalizada.

Bastava que esses outros fossem alheios ao princípio de empatia. E para não corresponder ao princípio de empatia, basta que esses *outros* sejam representados como ameaça aos simbolismos edificantes de uma sociedade, bem como ao poder que a rege. Na contemporaneidade ocidental, aqueles apresentados como ameaça à instituição da família, à heteronormatividade, à propriedade privada e demais instâncias necessárias ao funcionamento do capitalismo.

O autor supracitado trata esses corpos, destinados ao alívio pulsional, pelo termo *bodes expiatórios*:

A violência difusa e a angústia social se retroalimentam até que a última se torne insuportável, mas enquanto se conseguir imputar a um *bode expiatório* a fonte da insegurança existencial (instala-se o mundo paranoide com um inimigo identificado), o nível de angústia cai porque esta se converte em temor (medo) da ameaça da emergência desencadeada pelo inimigo (Zaffaroni, 2013, p. 194).

Esses *bodes expiatórios* que fundam a realidade paralela do mundo paranoide são selecionados historicamente através dos interesses do poder vigente e sua legitimação é feita a partir do alinhamento entre essas estratégias do poder e os princípios da memória social (que também é condicionada ao tempo, ao espaço, ao poder e seus discursos).

Nessa empreitada, não se enxergam mais seres humanos, mas corpos matáveis, os quais devem ser punidos da maneira mais radical e eficaz. “O *bode expiatório* deixa de ser pessoa porque passa a fazer parte de um *eles*, através do fenômeno da substancialização [...] instala-se uma categoria de pensamento, o outro diferente como parte de um todo maligno” (Zaffaroni, 2013, p. 245).

O autor propõe ainda exemplos a respeito de categorias criadas historicamente para a designação dos *bodes expiatórios*.

A história mostra a enorme heterogeneidade dos *inimigos* em diferentes mundos paranoides: bruxas, hereges, judeus, viciados em drogas, traficantes de drogas, comunistas, subversivos, sífilíticos, deficientes físicos, prostitutas, africanos, índios, imigrantes, anarquistas, gays, minorias sexuais, terroristas, alcoólatras, pedófilos, anarquistas, socialistas, delinquentes comuns, ciganos, burgueses, ateus, religiosos etc. (Zaffaroni, 2013, p.302).

A lista oferecida por Zaffaroni acerca dos corpos selecionados para o direcionamento da violência de maneira consentida, aponta não somente para o traço da aceitação que visa exercer seu desejo de violência intrínseco à espécie humana, tal qual sustentou Freud e Elias, mas também para uma aliança ainda mais complexa que envolve os interesses do poder, seu controle sobre a criação dos corpos passíveis de serem violentados, o desejo de violência

implícito em cada pessoa e decisivamente seu ódio contra grupos que não correspondem a reprodução dos padrões naturalizados na sociedade.

Tal abordagem infere que, para além da busca inconsciente pela violência, há uma busca consciente contra aqueles que foram considerados alheios ao processo civilizatório em algum tempo e/ou espaço. Segundo Zaffaroni (2013, p. 244-245): “O *bode expiatório* se constrói sempre sobre um preconceito prévio, que é uma discriminação que hierarquiza seres humanos”.

3.4.3 Cinismo contemporâneo: uma reelaboração do processo ideológico

Para entender a relação que envolve a criação dos *bodes expiatórios* e sua reprodução no meio social ainda mais profundamente, é válido consultar os apontamentos acerca do cinismo contemporâneo e sua relação com a ideologia dominante. Para tal consulta, o pensamento do filósofo esloveno, Slavoj Žižek (também grafado como Slavoj Zizek), se faz primordial, especialmente em *Um mapa da ideologia* (1995), coletânea publicada sob sua organização. O autor, junto à corrente de pensamento explícita em autores como Peter Sloterdijk, reelabora o conceito de ideologia interpretado no marxismo clássico.

Para esses autores, a ideologia mais do que um uma falsa consciência do indivíduo perante a realidade, é um fenômeno que está além da consciência, de modo que apenas saber sobre o funcionamento do sistema e sua finalidade não o torna passível de ser desmantelado ou de ter sua manutenção vetada.

A relação entre indivíduos e ideologia representada pela frase de Marx “eles não sabem disso, mas o fazem” (Marx, 2013, p. 113) é compreendida de uma nova forma no pensamento de Sloterdijk (2012). Para ele, o não saber não é parte determinante da frase, como queria Marx, mas o fato de ser feito, independente da consciência sobre tal.

Portanto, como afirma Zizek (1996, p. 313), retomando o conceito de *razão cínica*, utilizado por Sloterdijk: “sabe-se muito bem da falsidade, tem-se plena ciência de um determinado interesse oculto por trás de uma universalidade ideológica, mas, ainda assim, não se renuncia a ela”.

Indo no caminho contrário às pautas defendidas pelo cinismo (*kynicism*) da antiguidade que resistia aos padrões filosóficos da Grécia Antiga, sendo transmitido por figuras como Diógenes de Sínope⁵, o cinismo (*cynicism*) trabalhado em Sloterdijk, diz respeito a uma ação

⁵ Diógenes operava na busca por um conceito de virtude, que estivesse em comunhão com a natureza e contrária à materialidade. Nesse empenho, questionava a praticidade para a vida da filosofia dominante na época, acusando nomes como Platão de elaborar esquemas inúteis e elitistas.

que colabora com os interesses do poder através da busca por seus próprios benefícios, mesmo que esteja claro a finalidade de tal proposta.

Segundo Slavoj Žižek (1996, p. 313), nesse segundo cinismo, o indivíduo “reconhece, leva em conta o interesse particular que está por trás da universalidade ideológica, a distância que há entre a máscara ideológica e a realidade, mas ainda encontra razões para conservar a máscara”.

Nesse sentido, a crítica à ideologia como algo sintomático que acontece fora da decodificação consciente no indivíduo, perde espaço para uma crítica que aponta não para uma inocência da estrutura social em relação aos interesses do poder, mas para uma apatia dessa estrutura no que diz respeito à consciência de tais interesses.

O conceito de ideologia como ilusão, nesse ponto de vista, consiste em entender a ilusão não como a ingenuidade perante o sistema, mas em considerar a própria realidade e sua consciência sobre ela como parte de tal sistema. A ilusão não está no fato do sistema não mostrar falhas em seu funcionamento, ou em não escancarar suas reais intenções, pois não é por falta de prova cabal acerca de sua finalidade que seus padrões são reproduzidos, mas pela naturalização desse cenário, da sensação de imutabilidade e da concessão de benefícios, que mesmo declarando seu enviesamento, ainda são importantes para a sobrevivência no cenário capitalista.

Adequando o conceito ao caso da criminologia midiática, percebe-se que não é como se todos os consumidores de sua programação não soubessem sobre as quebras de legislação que aquele tipo de jornal realiza, ou como se ninguém percebesse a intenção de tais matérias na criminalização da pobreza e da negritude.

A questão aqui se situa na naturalização desse tipo de cena, de maneira que a própria representação passa a ser concebida como realidade, não havendo espaço para a concepção de nenhuma outra no horizonte de expectativa desse público, principalmente pelo fato de que essa realidade paralela colabora com seus desejos primitivos de violência e com os preconceitos direcionadores desses desejos.

Dessa forma, os mecanismos que edificam o processo de aceitação e reprodução dos bodes expiatórios atuam a partir de dois pilares, sendo um deles inconsciente voltado as funcionalidades naturais da espécie *Homo sapiens* e o outro consciente advindo do processo civilizatório, dos mecanismos de poder instaurados juntos a ele, e, sobretudo, da segregação física e simbólica instaurada por esse poder.

A mídia nesse emaranhado se situa como o veículo principal de sustentação dos interesses do poder e, por consequência, dos *outros* instaurados na memória social de cada

indivíduo. a criminologia midiática, em si, é ainda mais enviesada, operando não somente na divulgação massiva dos sujeitos aos quais se deseja punitividade, como também nas sugestões de punições mais eficientes no extermínio consentido dessas figuras.

3.4.4 Os bodes expiatórios do Brasil e a força da criminologia midiática na sua veiculação

Segundo Zaffaroni a estratégia corresponde a mesma utilizada no discurso inquisitorial, pois “Trata-se do instrumento discursivo que proporciona a base para criar um estado de paranoia coletiva que serve para aquele que opera o poder punitivo o exerça sem nenhum limite contra quem lhe incomoda” (Zaffaroni, 2013, p. 33).

Segundo o autor, há uma lógica que perdura desde a Idade Média até o presente.

Desde a Inquisição até hoje os discursos foram se sucedendo com idêntica estrutura: alega-se uma emergência, como uma ameaça extraordinária que coloca em risco a humanidade, quase toda a humanidade, a nação, o mundo ocidental, etc., e o medo da emergência é usado para eliminar qualquer obstáculo ao poder punitivo que se apresenta como a única solução para neutralizá-lo (Zaffaroni, 2013, p. 33).

No Brasil, os bodes expiatórios foram escolhidos com base nos mesmos princípios de desigualdade apontados no primeiro capítulo, e são sustentados no presente por meio dos jornalismo policiais em seus discursos imagéticos e sonoros que criminalizam a estética das pessoas negras e pobres, bem como naturaliza os crimes advindos de seus espaços e o tomam como definidores de todo grupo.

A respeito da criminalização dos corpos negros brasileiros e sua relação com o passado colonial e escravocrata, Góes (2021, p. 491) afirma: “o direito de punir se traduz na necessidade de neutralizar o inimigo que não aceita seu ‘estado natural’ de escravizado, de submisso, gerando instrumentos de violência aptos a dissuadir e imprimir a aceitação, servidão e branqueamento.”

Já no que diz respeito a criminalização das massas pobres e seu lugar de impotência perante tais criações de sentidos, Bauman (2003, p. 208) chamava atenção para a seguinte premissa: “ser pobre numa sociedade rica implica em ter o status de uma anomalia social e ser privado de controle sobre sua representação e identidade coletiva.”

Tratando ainda da segregação urbana que divide as cidades entre áreas ricas (seguras) e pobres (inseguras), muito representada pelo que chama de *fenômeno de guetificação*, o autor confirma a relação entre pobreza e criminalização.

A guetificação é paralela e complementar à criminalização da pobreza; há uma troca constante de população entre os guetos e as penitenciárias, um servindo como grande e crescente fonte para a outra. Guetos e prisões são dois tipos de estratégia de “prender os indesejáveis ao chão”, de confinamento e imobilização (Bauman, 2003, p. 209).

O posicionamento dos autores mencionados, reforça que o esquema prático da criminologia midiática, examinado aqui por meio da análise da atuação dos jornais policiais, visa perpetuar a segregação histórica de corpos estigmatizados desde a fundação dos primeiros projetos de identidades brasileiras. Além disso, foi aludido no decorrer do capítulo que esse esquema e suas intenções não são impressos sobre seus consumidores de maneira verticalizada.

Ao invés disso, há mecanismos mais complexos que atuam no processo de aceitação do público perante tais demandas. Esses mecanismos podem operar tanto na esfera inconsciente, originadas do processo de organização social e de suas consequências sobre as inclinações primordiais não superadas, quanto na esfera consciente dos indivíduos em sociedade.

Nesta segunda esfera, a construção histórica do processo de identidade e alteridade, juntamente a sua relação com o poder, fundaram justificativas para o direcionamento de violência contra corpos feitos de bodes expiatórios, de maneira que tais justificativas agem lucidamente na naturalização desses processos, bem como na negação da problemática subjacente.

Além das teorias que explicam o fenômeno do engessamento de tal processo social, é essencial para os objetivos deste trabalho a análise de casos concretos ocorridos no Brasil durante a década atual, examinados a partir da programação midiática dos jornais policiais, veiculados em TV aberta, visto sua maior acessibilidade para a população no geral.

Nesse sentido, o próximo capítulo propõe analisar trechos de episódios do programa Brasil Urgente, transmitido atualmente pela Rede Bandeirantes. A análise tem por finalidade investigar a veiculação de uma rede discursiva que reflita o esquema trabalhado nas primeiras páginas deste capítulo e suas intenções, destacando a propensão à criminalização da pobreza e da negritude a partir dos recursos locutórios, imagéticos e musicais presentes nessa programação.

4 A (DES)CONSTRUÇÃO DA REALIDADE POR INTERMÉDIO DA CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DO BRASIL URGENTE

“A mídia não apenas reflete a realidade, ela a constrói.”

(Stuart Hall)

Tendo traçado as bases conceituais e teóricas que sustentam a relação aqui sugerida, é objetivo deste trabalho ainda, enquanto pesquisa localizada no campo da História, analisar tais mecanismos em sua prática, registrada por meio de documentos e de sua relação com as esferas temporais que permeiam sua produção direta e indiretamente.

Desde o princípio de sua institucionalização como disciplina, a História definiu que seu trabalho se daria somente a partir de um objeto (que na época se restringia às grandes figuras políticas do passado) capaz de ser concebido pelo registro de suas ações em fontes (que inicialmente, eram somente os documentos escritos oficiais) que tornassem a análise desses objetos possíveis.

A partir do século XX, a própria disciplina foi atravessada pela historicidade, proporcionando transformações no seu modelo inicial e incorporando revisões que a adequassem aos novos recortes temporais e espaciais, bem como dos padrões e mentalidades a que eles eram condicionados. Tal transição, é marcada nessa área, sobretudo, por uma nova compreensão da esfera temporal, bem como por uma ampliação dos objetos de investigação e consequentemente de suas fontes de análise.

A história, antes entendida como ciência do passado por sua perspectiva retrospectiva⁶, atua agora como o que Marc Bloch (2002) define por uma ciência que estuda a ação dos homens no tempo, independente do recorte ser concebido como presente, passado ou futuro.

A preocupação atual se situa nos elos que conectam os eventos a essas esferas, demonstrando, inclusive as relações entre tais meios e os aparelhos de poder, pois “tais conceitos de “passado”, “presente” e “futuro” expressam a relação que se estabelece entre uma série de mudanças e as experiências que uma pessoa tem dela” (Elíbio Júnior, 2021, p. 14).

Nesse processo, se identificam os usos do passado pelo presente, em busca, ainda, da construção de um futuro específico, aliado aos interesses do poder e aos sentidos criados por

⁶ Correspondendo ao quadro em que foi fundada, a História institucionalizada no cenário de cientificismo do século XIX, ganhou como marca central a perspectiva retrospectiva, que sustentava que somente o distanciamento do passado, objeto central da história, poderia garantir a objetividade científica, pois impedia que o historiador fosse atravessado por qualquer juízo de valor a respeito do conteúdo analisado.

ele. Tais noções marcam um novo exercício historiográfico que busca entender essas relações por mais de uma perspectiva temporal, afinal, como sugere Bloch (2002, p. 47): “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente.”

Já no que diz respeito à ampliação dos objetos de pesquisa e suas fontes de registro, as mudanças ocorridas na segunda metade do século XX se destacam. Nesse cenário, o estudo da subjetividade, das mentalidades, das tradições, do social e do peso da cultura para as análises historiográficas ganham relevância. Além disso, a História passa, nesse momento, a ser utilizada como ferramenta de resistência política, sendo incorporada nas lutas de movimentos sociais como a luta das mulheres e dos operários.

Para a análise desses fenômenos, agora objeto de estudo da história, a expansão da categoria fonte foi determinante, pois foi graças a noção de que toda atividade humana é objeto histórico, muito sustentada pela terceira geração dos *Annales*, que esses novos agentes históricos se tornaram passíveis de serem analisados. Lucian Febvre já mencionava essa ampliação das fontes históricas quando chamou atenção para o seguinte:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. (Febvre apud Le Goff, 1992, p. 540)

Documentos escritos não oficiais como cartas e diários, bem como documentos não escritos como músicas e testemunhos diretos, foram integrados à seara da história, possibilitando análises que podem ser encontradas na coleção História da Vida Privada⁷, organizada por Georges Duby e Philippe Ariès, mas também na obra de Gilberto Freyre⁸ ao nível nacional.

Atualmente, as fontes digitais são também produtoras e relatoras de diversos processos históricos, sendo de total importância para os estudos acerca dos eventos atuais e suas criações de sentidos. Na composição do campo da História do Tempo Presente, esses processos se tornam ainda mais relevantes, pois “a historiografia não pode se isolar da realidade que pretende estudar. Especificamente a História do Tempo Presente (HTP) deve adaptar-se mais rapidamente às novas tecnologias da informação” (De Almeida, 2011, p. 11).

⁷ A Coleção História da Vida Privada é composta por uma série de livros que representam de forma pormenorizada os costumes e hábitos implícitos nas formas de viver das pessoas em diferentes períodos. Tal coleção, corrobora com os interesses da Nova História Cultural ao examinar a vida cotidiana em seus mais simples detalhes, caros para o delineamento do contexto histórico e suas ressonâncias na vida diária.

⁸ Em sua obra, Freyre, ainda nos anos 30, possibilita um diálogo com as ciências sociais, bem como expande sua gama de fontes, buscando aproximação com o objeto em uma perspectiva de levantar o inconsciente da vida coletiva cotidiana.

A História do Tempo Presente se destaca nesse aspecto, constituindo um campo que dialoga, ao mesmo tempo, com essas três mudanças edificantes na área historiográfica. Tal campo ocupa-se das demandas do presente, incorporando como objetos as figuras e eventos atravessados por esferas políticas, ideológicas e culturais.

Tudo isso, é feito ainda por meio da consulta a documentos que correspondam aos seus lugares sociais, seu nível tecnológico e suas formas de expressão, sendo muito apreensíveis também para o pesquisador, que está inserido no mesmo recorte temporal. Chartier (2006, p. 216) já pontuava que “o historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto e, portanto, partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais”.

É nesse recorte contemporâneo, inserido nas bases da História do Tempo Presente, que apontam para a ampliação dos objetos e fontes históricas, bem como para a quebra da visão retrospectiva, que essa pesquisa se insere, sugerindo a problemática das práticas da criminologia midiática do presente como veículo de montagem de uma realidade que infere a manutenção de um passado de estigmatização e criminalização da negritude e da pobreza por meio de sua programação.

Metodologicamente, esse capítulo analisa episódios do programa Brasil Urgente, popularmente conhecido como “programa do Datena”, examinando o discurso veiculado por meio dos atos locutórios do âncora, José Luís Datena e demais jornalistas presentes na composição do programa, no tocante à problemática aqui trabalhada.

O recorte compreende matérias veiculadas em um período de 4 anos, indo de janeiro de 2017 até dezembro de 2020. Para otimizar essa ampla análise, foram empreendidas buscas nos dados armazenados nas redes sociais do programa e de seu âncora oficial, José Luís Datena, figura pública que veicula trechos das matérias apresentadas por ele em suas mídias sociais.

Utilizando termos como “Periferia”, “Favela”, “Crime”, “Bandido” e “Baile Funk” na área de busca do *YouTube*⁹ e *Facebook*¹⁰ do Brasil Urgente e de José Luís Datena, apurou-se dez matérias, das quais foram selecionadas as cinco que melhor corresponderam a problemática apontada nos capítulos anteriores.

As análises empreendidas em relação às falas desses agentes do jornalismo foram baseadas na seara teórica da Análise de discurso (AD), tomando como ponto central a sua

⁹ Canais do *YouTube* consultados: Brasil Urgente e Canal do Datena

¹⁰ Páginas do Facebook consultadas: Brasil Urgente e Datena

corrente francesa¹¹, que tem como seu principal expoente Michel Pêcheux, difundido no Brasil a partir dos estudos de Eni Orlandi (2005, p. 10), que afirma que Pêcheux: “concebe o discurso como um lugar particular em que esta relação ocorre e, pela análise do funcionamento discursivo, ele objetiva explicitar os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação.” Sendo relevante, ainda, apontar que muitas das concepções aqui advém também da obra de Michel Foucault.

Nesse sentido, ao analisar os discursos do telejornal nas matérias selecionadas, levaremos em consideração a conceituação de discurso como “conjunto de enunciados que se apoiem na mesma formação discursiva.” (FOUCAULT, 1996, p. 135). Tal formação discursiva precisa, ainda, ser entendida como histórica, ou seja, pertencente a um tempo, espaço e regime de verdade. Alinhando tal definição aos estudos de Souza (2014, p. 12), é válido pontuar que: “Assim, a língua é uma prática social de sujeitos ideológicos, que por práticas de pensamento, querem que seus sentidos sejam os sentidos prevalecentes”.

Portanto, para essa análise, a relação entre poder, discurso e sujeito é central, pois nela se compreende o discurso como criação e criador de sujeito, estando ambos ainda imersos nas relações de poder. “Falar e ver constituem práticas sociais por definição permanentemente presas, amarradas às relações de poder, que as supõem e as atualizam.” (FISCHER, 2001, p. 200).

Nesse sentido, as análises aqui empreendidas partirão de exames contextuais e arqueológicos que revelam as camadas discursivas do veículo em questão, tratando a fonte analisada como o que Le Goff (1981) nomeia de monumento, destacando a intencionalidade do documento estudado, pois como afirma Tedesco:

Para Le Goff, o documento não é inócuo, mas é o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente da história da época da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas em que um se fez presente e teve significado, durante as quais continuou a ser manipulado. (Tedesco, 2014, p.85)

Dessa forma os recortes serão tratados em seu caráter premeditado, visando demonstrar os sentidos que direcionam sua produção, bem como aqueles criados por ela por meio de um alinhamento ideológico entre o que se seleciona e como seus receptores o internalizam, mediante sua sensibilidade aos símbolos que essa produção audiovisual propõe.

4.1 Do programa escolhido para análise

¹¹ A escolha pela linha francesa tem como justificativa a inclinação dessa base teórica, que se baseia na compreensão do discurso enquanto dispositivo que se relaciona determinadamente com a história, a sociedade e o sujeito, criadores e criação das condições de produção do discurso.

O programa Brasil Urgente estreou na Rede Bandeirantes, também conhecida como TV Band, em 2001. A apresentação do programa foi feita inicialmente pelo repórter Roberto Cabrini, que, por ser transferido para o *Jornal da Noite*, passou para o domínio de José Luís Datena. Foi sob as apresentações de Datena que o programa consolidou audiência nos finais de tarde brasileiras. Sua presença foi tão marcante nesse sentido, que muitos telespectadores se referem ao programa como “Programa do Datena”, sem ao menos lembrar seu nome oficial.

José Luís Datena esteve no comando do programa desde o início dos anos 2000 e permanece sendo seu principal âncora até os dias atuais, tendo se afastado do programa por curtos intervalos de tempo em 2011, quando fechou contrato com a TV Record e em 2018 quando comandou um programa diferente na Rede Bandeirantes, intitulado *Agora é com Datena*. Os dois momentos foram marcados por uma queda de audiência significativa do programa, fato que motivou seu retorno em ambos os casos.

Na composição programática do Brasil Urgente, são veiculadas reportagens com um viés investigativo e policial que podem durar de 1 min a 60 min, dependendo do impacto da reportagem e de sua relevância nacional. O programa vai ao ar durante seis dias da semana, de segunda a sábado, das 16h às 19h20. Vianna e Sarkis (2014, p.4) definem criticamente o Brasil urgente, juntamente aos demais telejornais do gênero, da seguinte forma: “telejornais sensacionalistas que exploram o fenômeno da criminalidade”.

O programa é caracterizado por entradas ao vivo de repórteres que relatam as maiores cidades do Brasil, especialmente da Região Sudeste, bem como por comentários feitos pelo seu âncora a respeito das matérias apresentadas. Esses comentários têm papel de destaque nesse tipo de programação, pois são posicionamentos sempre levados a sério, sendo considerados justos, verdadeiros e alinhados aos interesses do telespectador.

José Luís Datena, enquanto âncora carismático, remete a esse lugar na análise de reportagens, indicadas, geralmente, como a parte mais relevante por seus telespectadores. É através de sua linguagem incisiva e simples que ele anuncia os casos, descreve seus processos, faz críticas a forma como estão sendo processados e até mesmo oferece soluções para problemas como o da criminalidade no Brasil. Vianna aponta para a centralidade do âncora nesse tipo de jornalismo a partir do seguinte posicionamento:

A figura central do datenismo, como não poderia deixar de ser, é o apresentador: Datena ou qualquer outro que lhe fizer as vezes. Amparados na credibilidade que um programa de TV traz consigo, representam não só a voz da verdade fática típica do jornalismo que pretende informar, mas também de uma verdade moral que julga de um lugar privilegiado acima do bem, do mal e até mesmo das leis e da constituição da república (Vianna; Sarkis, 2014, p.4).

A adequação desse telejornal às características definidoras da criminologia midiática é tão precisa que alguns estudiosos da área chamam o fenômeno no Brasil de *datenismo*, em clara referência ao apresentador José Luís Datena. Esse é o caso do autor supracitado, que ao fazer um apanhado das características principais do *datenismo*, salienta, ao mesmo tempo, elementos da criminologia midiática e descreve a atuação do Brasil urgente.

Segundo sua colocação, essas são as características marcantes do *datenismo*: “linguagem coloquial, transmissão ao vivo, plano sequência, músicas tensas, cenários simples, apresentadores populares e o uso desmesurado da imagem” (Vianna; Sarkis, 2014, p.4).

Tal proporcionalidade, bem como seu impacto na formação da opinião pública de uma quantidade de brasileiros, justificam a escolha desse telejornal como fonte de análise da pesquisa aqui vigente, no que tange, especialmente a relação entre a criminologia midiática e a criminalização da pobreza e da negritude, expressas a partir dos aparelhos discursivos a ele vinculados.

4.2 A linguagem como vetor dos objetivos da criminologia midiática

O fator que valida o Brasil Urgente como representante direto das práticas da criminologia midiática, especialmente, no que tange à problemática aqui apontada, é a linguagem e a rede discursiva que ela configura. A linguagem, entendida aqui como algo não estrutural, mas contextual, histórico e passível de ser condicionado ao plano ideológico e ao poder, é o vetor que providencia todos os enunciados constituidores das informações referentes a manutenção da rede discursiva que relega grande maioria de brasileiros negros e pobres à estigmatização, criminalização e ao julgo dos estereótipos.

Tal fato acontece, sobretudo, porque grande parte de sua essência é composta por informações superficiais, rápidas e nuas de contexto, portanto, insuficientes no que diz respeito a uma informação que preze pela fidedignidade dos fatos. É através da linguagem em seu caráter verbal e não verbal que se expressam todas as características marcantes da criminologia midiática.

Essa presença determinante da linguagem se manifesta desde a anunciação da sensação de insegurança (por meio dos crimes selecionados, das imagens violentas, dos sons tensos e da narração que expressa decepção), passando pelas críticas coloquiais e simplistas que acusam a ineficiência do sistema de segurança nacional, indo até a proposição de soluções imediatas (que

são oferecidas mediante falas que apontam o problema da criminalidade como exageradamente fácil de ser resolvido.)

O Brasil Urgente, através das matérias aqui selecionadas, faz referência a cada uma dessas características presentes no esquema, detalhado no capítulo anterior, transmitidas pela linguagem. Tais características correspondem ainda um dos objetivos centrais desse esquema, que é dar continuidade aos projetos ideológicos forjados entre o século XIX e XX, os quais excluem os pretos e pobres de seu projeto de nação, utilizando como justificativa para essa segregação a atribuição da criminalidade a seus símbolos.

4.3 A anunciação discursiva da insegurança por meio da narrativa da criminologia midiática sobre a COVID-19 nas periferias de São Paulo

No que diz respeito a anunciação do estado de insegurança por meio das informações rasas e descontextualizadas, os casos noticiados acerca do controle da Covid-19 nas zonas periféricas da cidade de São Paulo, demonstram um padrão discursivo que anuncia os fatos como algo a parte de seu contexto, mantendo a atenção sobre relações simplistas que agem na subtração de elementos relevantes, ao tempo em que destacam outros menos eficientes para o caráter informativo da matéria.

Em reportagem intitulada *Coronavírus na periferia*¹², veiculada no dia 21 de maio de 2020, a jornalista do Brasil Urgente, Sandra Redivo, apresenta um levantamento dos números de Covid-19 no bairro da Brasilândia, a partir da seguinte chamada:

O bairro da Brasilândia, na Zona Norte de São Paulo, é um dos mais populosos da capital. Com mais de 260 mil moradores. **Os números também são altos no que se refere ao coronavírus**, o que coloca o bairro no topo da lista de óbitos. **Até agora já são 156 mortes** por causa da covid-19, 30 só nos últimos 10 dias” (Coronavírus [...], 2020a, grifos próprios).

Após essa introdução, a jornalista segue atentando para uma relação entre a área periférica e o aumento do número de casos, explicando que parte das residências da região estavam em áreas de favelas e em consequência disso, as medidas preventivas contra a COVID-

¹² **Informações contextuais acerca do recorte transcrito**

Título do GC: Coronavírus na periferia: Bairros de São Paulo tem 156 morte pela COVID-19

Data que foi ao ar: 21 mai. 2020

Plataforma de conservação: *YouTube* (Canal: Brasil Urgente)

Título da publicação em plataforma de conservação: Coronavírus na periferia

Duração do vídeo na plataforma de conservação: 2min30

Data de acesso: 20 mai. 2024

Link de acesso: <https://youtu.be/h6lOvl6LYsc?si=sYdi-7EJAQHwAU6s>

19 se tornaram mais difíceis de serem executadas. Nas palavras da jornalista: “**Cerca de 30% das residências** aqui na região da Brasilândia **estão em áreas de favelas, por isso, um grande desafio acaba sendo o isolamento social**, o outro, é o uso de máscaras” (Coronavírus [...], 2020a, grifos próprios).

Ao utilizar a palavra “por isso”, que serve na frase como locução adverbial de causa, a fala colabora com a interpretação da periferia como um espaço de pessoas sem as intenções necessárias para o cumprimento das regras de combate à pandemia vigente no ano de 2020. Esse sentido é exposto sem, no entanto, oferecer a contextualização necessária para que se pudesse compreender o que leva à dificuldade de cumprimento dessas medidas nas áreas citadas, deixando para o público, apenas essa resumida noção de relação direta entre favela e não cumprimento delas.

A matéria que contribui para o aumento do temor em relação ao número de casos do vírus no Brasil, não menciona, por exemplo, que as medidas de enfrentamento difundidas pelas autoridades sanitárias, se dirigiram às camadas economicamente estáveis, enquanto as populações periféricas enfrentavam o descaso dos governantes, evidenciado pela adoção de uma linha política centrada no hospital, em detrimento do acionamento da rede de atenção primária e dos centros de referência da assistência social (Fleury; Menezes, 2020).

Jardim e Buckeridge (2020) demonstram em sua pesquisa que variados fatores podem interferir na velocidade de contágio de um vírus como o SARS-cov-2. Os pesquisadores concluíram, com base em dados sociodemográficos, que em São Paulo, nas áreas com maiores aglomerados subnormais e maior densidade demográfica, o controle da doença se dificulta devido às limitações materiais geradas pelas baixas condições que se configuram naquele espaço.

Fatores como nível educacional, nível de renda, tempo e número de viagens para chegar ao trabalho, fornecimento de água, densidade populacional, entre outros, foram variáveis concorrentes que, em diferentes níveis, determinaram de forma conjunta os padrões de avanço da pandemia na metrópole paulistana (Jardim; Buckeridge, 2020, p. 159).

Tais fatores não foram mencionados na fala da repórter, que apenas anunciou que o enfrentamento do vírus era dificultoso nessas regiões, alarmando a população para o número de casos. Nesse caso, a não agregação de informações contextuais em uma matéria que fala sobre uma condição negativa das periferias, áreas relegadas ao jugo dos estereótipos desde sua fundação, contribui para a manutenção dessas noções primordiais que por motivos ideológicos relegaram esses espaços a violência e a desordem.

Foucault (1996) a esse respeito, assinala que quando desarticulados, os discursos se mostram como práticas individuais, mas ainda atravessados e produtores de certos padrões dos interesses do poder emergente. Adequando à fala aqui em análise, as informações deturpadas, apagadas e resumidas em uma reportagem de cunho sensacionalista, atendem diretamente a um processo de seleção que visa dar continuidade às noções já empregadas pelo plano ideológico.

Ainda que, da perspectiva do sujeito, aqui representado pela jornalista, tais informações aparentam ser fruto do acaso ou terem sido forjadas de maneira despretensiosa e inconsciente, as palavras, os enunciados, as expressões, enfim o discurso, são sempre intencionais em uma rede discursiva, ou seja, fazem sempre relação às posições ideológicas em que se inscrevem (Orlandi, 2003). No caso da reportagem analisada, as informações estão inseridas no regime de verdade que associa as periferias à incivilidade.

Um fator de congruência pode ser notado em outra reportagem veiculada 3 dias após a anteriormente analisada. Intitulada com a mesma definição, *Coronavírus na periferia*¹³, a matéria da vez reporta a situação de mais um bairro de São Paulo, Parelheiros. Dessa vez, a repórter Carla Ramil, alerta: “Em Parelheiros, extremo sul de São Paulo, o isolamento social está longe de ser cumprido à risca. **Por aqui as ruas estão cheias**, a vida segue normal [...] **Pontos de ônibus estão cheios, muita gente à espera da condução**” (Coronavírus [...], 2020b, grifos próprios).

A repórter, demonstra em sua fala que os moradores da região periférica seguem a vida normalmente, sem salientar, no entanto, que as pessoas que lotaram o ponto de ônibus em meio ao cenário pandêmico, eram sobretudo, trabalhadores que não tiveram a oportunidade de trabalhar remotamente, bem como não tinham transporte próprio para se preservarem dos aglomerados dos espaços públicos. A esse respeito, afirmam os autores:

Não foram tomadas medidas de políticas públicas para mitigar o impacto econômico devastador na economia das favelas – onde grande parte da população atua na informalidade ou em serviços domésticos – nem para obrigar as concessionárias a prestarem regulamente os serviços de abastecimento de água e coleta de lixo, tampouco foram tomadas providências para prover acesso gratuito à internet, condição necessária tanto para o trabalho dos agentes comunitários de saúde quanto para a preservação dos moradores em condições de isolamento. (Fleury e Menezes, 2020, p. 268)

¹³ **Informações contextuais acerca do recorte transcrito**

Título do GC: Coronavírus na periferia: mais mortes em bairro sem isolamento

Data que foi ao ar: 23 mai. 2020

Plataforma de conservação: *YouTube* (Canal: Brasil Urgente)

Título da publicação em plataforma de conservação: Coronavírus na periferia

Duração do vídeo na plataforma de conservação: 2min54

Data de acesso: 20 mai. 2024

Link de acesso: <https://youtu.be/gh9nMhi0NWg?si=ffif76p3qjZi47f9>.

No final da reportagem, ao entrevistar uma moradora que falava sobre o descumprimento das regras pela população e o aumento do número de mortos, a jornalista informa: “A Irene afirma que não se assusta com as estatísticas, são índices esperados para uma população que não tem cumprido como se deve a quarentena” (Coronavírus [...], 2020b, grifos próprios).”

Após tal colocação envolvendo a entrevistada, ela pontua em tom de interrogação (buscando uma afirmação por parte da moradora) que o aumento do número de mortes é resultado do mau comportamento, colocando a informação da seguinte forma: “**É reflexo do que a população tem feito?**” (Coronavírus [...] 2020b, grifos próprios).”

Nessa informação, que busca culpados internos para um problema de saúde mundial, não se demonstrou interesse, por parte do roteiro da reportagem, em tecer uma teia sobre a realidade de vida daquelas pessoas, ou ainda relatar as ações internas das comunidades na tentativa de equiparação dessa situação, fato em pauta nos levantamentos de que chamam atenção para o seguinte fato:

Se fossem esperar apenas pela ajuda do governo, muitos moradores de favelas e periferias do Brasil teriam morrido de fome. Para evitar que isso ocorresse, diversas associações de moradores, coletivos e grupos já existentes e estruturados nesses territórios começaram a se mobilizar para conseguir doações e ajudar os mais necessitados. (Fleury e Menezes, 2020, p. 270)

Diferentemente do apresentado na reportagem, não faltava apenas intenção por parte da população, faltavam, antes de tudo, condições materiais e práticas, oferecidas pelo meio, para que a população pudesse cumprir as regras de isolamento, higiene e controle.

Os enunciados configurados nos atos locutórios das repórteres responsáveis por essas matérias relacionadas ao desenvolvimento da pandemia nas periferias da cidade de São Paulo, acabam por se alinhar a uma rede discursiva que representa as zonas periféricas como incivilizadas, colocando quaisquer problemas referente a esses espaços como um fato ontológico, iniciado e acabado em si. Esse sentido foi criado propositalmente nos cenários de pós-abolição, organização operária e urbana das grandes cidades, bem fundamentado nas narrativas de Florestan (2008) e Moura (1998), introduzidas em primeiro momento.

O apanhado exposto até aqui, revela o perigo desses atos discursivos no que tange a indisponibilidade de espaço para a genealogia dos processos históricos constitutivos das zonas periféricas e sua manutenção, fundamentais para que se entenda as atuais dificuldades de acesso a recursos básicos nessas áreas. Também se torna compreensível que, embora algumas ações dos moradores sejam consideradas inapropriadas pelas opiniões elitizadas (como os casos anunciados nas reportagens), elas são medidas necessárias para a sobrevivência.

4.4 A estigmatização midiática do funk periférico como vetor para a crítica do sistema de segurança pública

Datena é famoso por sua cobertura diária acerca de casos relacionados a bailes funk em comunidades periféricas. Durante uma dessas matérias, que foi ao ar no dia 2 de dezembro de 2019, destacada no GC¹⁴ por títulos como: “*Baile Funk: 9 mortos*” e “*9 jovens mortos pisoteados*”¹⁵ o apresentador comenta acerca de um caso em que nove pessoas foram mortas durante um baile funk em tom de aviso e decepção a partir das seguintes colocações:

Agora, há muito tempo que a gente vem falando já desse negócio de baile funk, **é uma tragédia anunciada isso aí**. Não é de hoje que a gente fala de baile funk [...] **A maioria desses bailes é patrocinada por crime organizado, é pra escoar droga pra caramba**. Tinha cinco mil pessoas no lugar que não é adequado para isso. (Esses bailes [...], 2019, grifos próprios)

Em seu comentário acerca dessa notícia, o apresentador, José Luís Datena, sustenta uma relação de causa e consequência entre a temática *Baile Funk* e a palavra tragédia. Fato que implica a generalização de que todo baile funk enquanto expressão é um caminho direto para acontecimentos trágicos e negativos. A ênfase nesse sentido vem logo a seguir, quando aponta que esses eventos são meios para escoação de drogas e patrocinados pelo crime organizado, o que, segundo seu posicionamento, não poderia desembocar em algo que não fosse tragédia.

Minutos depois, ressaltando que tais eventos não deveriam existir mais, ele indica o Estado como culpado dessa permanência, pois segundo ele, diversos governos que passaram pela gestão local, estadual e nacional, não foram capazes de acabar com os bailes, o que para o apresentador, seria a única solução para evitar as tragédias. Em sua fala ele aponta: “**É culpa do Estado que isso aconteça**. Quantos governos já passaram por aí e **essas festas de baile funk continuam?**” (Esses bailes [...], 2019, grifos próprios).

Correspondendo a característica da criminologia midiática que diz respeito à crítica a atuação do Estado na manutenção da segurança pública, o apresentador culpabiliza o Estado, enquanto instituição de gestão nacional, de não se esforçar o suficiente para acabar com tais eventos, o que é inadmissível para o âncora do Brasil Urgente.

¹⁴ Gerador de caracteres, utilizado como ferramenta para transmitir os créditos que aparecem na tela enquanto as reportagens são veiculadas.

¹⁵ **Informações contextuais acerca do recorte transcrito**

Título do GC: Baile Funk: 9 mortos. Vítimas tinham entre 14 e 23 anos

Data que foi ao ar: 02/12/2019

Plataforma de conservação: *YouTube* (Brasil Urgente)

Título da publicação em plataforma de conservação: “Esses bailes não deveriam existir mais” diz Datena

Duração do vídeo na plataforma de conservação: 06min40s

Data de acesso: 09/12/2023

Link de acesso: <https://youtu.be/KZzMsHKXzs>.

Ao final da reportagem, ele justifica: “**Nada contra o ritmo do funk**, mas não num **lugar como esse aí.**” (Esses bailes [...], 2019, grifos próprios). Tal fala exerce, desde o princípio, um fator contraditório, pois o funk tem origem nas periferias dos Estados Unidos e, quando importado originalmente pelo Brasil, também se consolidou nas áreas dominadas pela negritude e pela pobreza, como o boom do Funk Carioca nas favelas do Rio de Janeiro.

Além disso, tais manifestações ainda acontecem em céu aberto atualmente, especialmente, porque desde o princípio não reservaram espaço para sua presença, visto repercutir onde o Estado não leva manutenção, não havendo ainda hoje espaço adequado para as manifestações culturais da periferia. Mesmo quando foi apropriado pelas classes mais altas, foi limitado aos imóveis inacessíveis da classe média brasileira. Logo, o gênero só é bem-vindo desde que seja exportado de seu lugar natural? Se integrado à cultura branca, ouvido em salões de caros aluguéis, tal gênero musical passaria a ser mais bem aceito?

Quando esse enunciado isolado, característico desse telejornalismo, é relacionado aos rituais discursivos que o produzem e por ele são produzidos, evidencia-se as estratégias de manutenção da criminalização dos espaços marcados pela pobreza e pela negritude. Desde os primeiros enfoques da mídia sobre o funk no Brasil, foi conduzido um processo de estigmatização, explícito nas reportagens que relacionavam os arrastões nas praias brasileiras dos anos 90 com o movimento funk. “Palavras como ‘pânico’, ‘desesperança’, ‘terror’ foram utilizadas abundantemente em manchetes de jornal” (Muniz, 2016, p.462).

Atualmente, o Funk é um gênero em destaque que colabora com a identidade brasileira vendida internacionalmente, sendo produzido em altas demandas, recebendo patrocínio e gerando lucros para grandes marcas. O sucesso de Anitta, é um exemplo dessa expansão do gênero. A artista brasileira que emergiu dentro das periferias cantando funk, é hoje reconhecida internacionalmente. O selo musical KondZila também pode ser citado, sendo bem representado por seu canal de mesmo nome¹⁶ no *YouTube* que conta com mais de 66 milhões de inscritos, no qual são lançados videoclipes de Funk.

Entretanto, apesar do grande espaço atribuído ao funk no Brasil, a mídia e especificamente a criminologia midiática representada por telejornais como o Brasil Urgente, ainda contribui massivamente para a criminalização do gênero, quando produzido e celebrado dentro de seu lugar de origem.

Relações como as apresentadas na matéria analisada demonstram o caráter negativo que é atribuído ao funk das periferias. Segundo Muniz (2016, p. 462), “a instrumentalidade parece

¹⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/@KondZilla>.

estar negativamente associada à possibilidade de reconhecimento de um capital existencial associado ao funk [...] Quanto mais conveniente o funk se apresenta, mais reforça-se a noção de que ele precisa ser útil”.

Dessa forma, o funk contemplado nos bailes funks, aquele que atua como válvula de escape para o divertimento das populações amontoadas nas regiões com poucos recursos, é visto como um funk mal, negativo, pois fora dos padrões de produtividade que atendem ao poder.

Em contrapartida, em entrevistas realizadas em uma pesquisa de doutorado acerca das comunidades cariocas e suas relações políticas e culturais com o funk, Muniz (2016, p.453) afirma que “o funk era constantemente citado como uma prática capaz de gerar renda, afastar as crianças e adolescentes do crime e das drogas e até ajudar no processo de alfabetização.”

Tais relatos apresentam um confronto entre as ideias defendidas pelo apresentador, que não vivenciou tais manifestações para além do cunho investigativo de suas reportagens acerca de crimes ligados a esse movimento, e a posição da juventude periférica que vivencia, na prática, as relações das comunidades com o funk e seus âmbitos de expressão.

Nota-se, a partir disso, que essas visões díspares, demonstram, sobretudo, disputa de verdades que esses dois lugares sociais representam acerca da temática. A palavra baile funk ou o próprio gênero musical funk, é atrelado a símbolos completamente diferentes dentro de cada narrativa, fator que faz referência ao caráter historicizado e móvel do discurso, pois como defende (Orlandi, 2003), o discurso é a palavra em movimento.

Entretanto, é válido apontar ainda que nesse embate, a visão do jornalista tem maior aceitabilidade, especialmente para seu público que o considera lógico. Isso acontece por alguns motivos que comprovam que além do discurso ser móvel e historicizado, é também imerso nas relações de poder atuantes no condicionamento do sujeito que interpela os sentidos de maneira social, histórica e ideológica.

Foucault (1996) ao relatar os procedimentos externos de articulação e organização do discurso aponta para alguns procedimentos que definem o que pode ser dito e quem pode os dizer, bem como o que não pode ser dito e quem não pode dizer. Nesse caso, o apresentador tem o que o autor chama de “direito privilegiado”, ou seja, o direito de falar e de ter sua fala alinhado a um regime de verdade aceito socialmente, pois representa os interesses do poder estrutural. Segundo o autor: “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (Foucault, 1996, p. 10).

Nessa disputa de verdades, não vence o relato mais fidedigno, mas aquele que mais representa o regime de verdade de um tempo e espaço. Por isso, a fala do apresentador é mais difundida, ainda que pesquisas científicas, como a de Muniz (2016), trabalhem com essas vozes que desconstroem o primeiro relato por meio de experiências palpáveis.

A narrativa de Datena destaca os princípios do poder emergente e as instâncias a ele atreladas, que agem de total consciência ou por meio do cinismo descrito por Žižek (1996). Através da programação do Brasil Urgente e sua direção, é apresentado o que mais intimamente se quer ver e ouvir em um país onde se justifica tudo através do mito da não violência responsável por taxar de criminosas todas as práticas as quais se busca exterminar.

4.5 Soluções imediatas e simplistas: o apelo por mais presença coercitiva no controle periférico

As reportagens relacionadas aos bailes funk, marca definidora do Brasil Urgente, oferece ainda materiais eficientes para a análise das práticas correspondentes ao que foi apresentado no segundo capítulo como a última parte do esquema e objetivo central da criminologia midiática: a proposição de soluções imediatas e rasas.

Essa característica que segundo Zaffaroni (2013), advém do pensamento mágico, busca diminuir a sensação de insegurança, a partir da eliminação de um bode expiatório ao qual foi propositalmente atribuído todo domínio da violência que ameaça o país. São aquelas medidas que visam eliminar o mundo paranoide de maneira rápida e direta, proporcional a seu regime de historicidade e aos interesses ideológicos do poder emergente.

Tal fenômeno é facilmente identificável em uma reportagem que data o dia 15 do mesmo mês e ano da anteriormente analisada, carregando como título *“Agora: Baile Funk – Polícia cerca Pancadão na Zona Norte”*¹⁷. Nesse recorte, o apresentador faz referência a essa característica, quando não apenas critica a qualidade do trabalho da polícia em relação a operações realizadas no desmonte de baile funk no bairro Jardim Elisa Maria, zona norte da cidade de São Paulo, como também oferece dicas, baseadas em sua opinião, para a resolução da problemática.

¹⁷ **Informações contextuais acerca do recorte transcrito**

Título do GC: Agora: Baile Funk. Polícia cerca Pancadão na Zona Norte

Data que foi ao ar: 25/12/2019

Plataforma de conservação: Facebook (página: Brasil Urgente)

Título da publicação em plataforma de conservação: Polícia faz operação em baile funk

Duração do vídeo na plataforma de conservação: 03min32s

Data de acesso: 09/12/2023

Link de acesso: <https://fb.watch/safwgWOx6j/>.

Vai começar às sete da manhã, chega às 6. [...] **Eu acho bom chegar antes** e não deixar armar todo aquele circo que faz parte do baile funk. [...] **Eu já dei uma dica aqui**, chega antes do baile e impede que a estrutura seja montada, não sei, **é uma coisa tão simples** (Brasil Urgente, 2019, grifos próprios).

O jornalista em enfoque, oferece a sugestão de resolução da questão dos bailes funk a céu aberto nos bairros periféricos, sem nenhum amparo de embasamento profissional e científico das áreas atribuídas a essas questões. Sua fala é totalmente embasada em sua opinião, expressa a partir da frase imperativa “eu acho bom chegar antes”. A expressão “acho bom” de maneira isolada já implica um tom de alerta e advertência. Nesse caso, quando acompanhada da primeira pessoa do plural, eu, se torna ainda mais evidente que se trata de sua projeção pessoal para a resolução dessa situação.

Levando em consideração que análise aqui empreendida busca analisar mais que a materialidade estrutural do discurso, mas o sentido que ele expressa histórica e socialmente, é válido atravessar esse exame de semântica e adentrar ao exame contextual discursivo em que esse ato locutório é posicionado.

Nesse sentido, a matéria se insere em um panorama de enunciados arbitrários e direcionados politicamente, que é consciente da seletividade do sistema penal e das ações da instituição da polícia no que tange aos corpos pobres e principalmente negros que habitam essas regiões, mas que ainda assim, de maneira intencional, evocam uma maior atividade policial, bem como mais punição para os crimes relacionados a esses locais.

A matéria compõe o mesmo campo de ideia das anteriores no que diz respeito a tratar o baile funk como algo a ser desmantelado e impedido, utilizando como ferramenta para a validação dessa mensagem, a não contextualização genealógica desses ambientes, fator fundamental para manter no esquecimento os motivos dessas manifestações acontecerem de tal forma.

Sua autenticidade se destaca somente na sugestão do apresentador em relação à resolução desse fator, que para ele, é um problema de ausência de polícia no local onde os eventos são organizados e conseqüentemente de punição para os organizadores dos eventos, questões muito fáceis de serem resolvidas segundo seu jugo. Tal ponto de vista é indicado pela frase “é uma coisa tão simples”, que reforça as palavras de Zaffaroni ao afirmar que “a causalidade mágica estimula as reformas legais mais absurdas, porque a imagem transformada em lei também é uma questão mágica” (Zaffaroni, 2013, p. 203).

Tais soluções imediatas são oferecidas pelo apresentador, que chama a atenção da polícia em tom que demonstra advertência e orientação, da maneira mais direta, coloquial e

sucinta possível, pois nesse jornalismo não impera a impessoalidade, jargões jurídicos, explicações ou elucubrações (Gomes, 2014).

Nesse sentido, as soluções são vendidas pelo âncora da criminologia midiática e consumidas pelo telespectador como soluções plausíveis para a sensação de insegurança, fornecida pelo mesmo jornalismo aqui em foco. “Os simplismos mais grosseiros e as hipóteses mais estapafúrdias se retroalimentam entre a televisão, a mesa do bar e as decisões políticas.” (Zaffaroni, 2013, p. 218)

A ideia de viabilizar um maior controle sobre áreas que já são altamente inspecionadas pela força policial, que invade não somente as áreas suspeitas, mas a vivência da população, corresponde ao que segundo Zaffaroni, obedece a uma estratégia do poder vigente que busca enfatizar a necessidade de proteção para assim justificar o controle sobre todos (suspeitos, culpados e livres). “Ao criar a necessidade de proteger-nos deles, justifica todos os controles estatais, primitivos e sofisticados, para prover segurança” (Zaffaroni, 2013, p. 206).

Dessa forma, o ato locutório então em destaque infere, inicialmente, a representação de uma característica particular da criminologia midiática, enquanto o âncora sugere uma solução simplista para um problema de ordem complexa que remonta um processo de segregação histórico. No entanto, a mesma fala aponta também para a lógica máxima de tal fenômeno, compondo o universo da criminologia midiática em junção com as demais matérias no que tange ao caráter determinante dessa programação na manutenção da criminalização dos corpos pobres e negros.

Tal atuação, segundo Gomes (2014), busca atender demandas que atravessam o campo do sistema penal ou da prevenção geral do delito, estando sobretudo alinhadas a um exercício discriminatório, necessário para a manutenção de uma ordem social fundada sobre o desprezo e negligência contra determinadas classes sociais, (sendo válido acrescentar ainda ao argumento do autor, no que tange a essa problemática, o fator racial e étnico, que está íntimo ao fator de classes, mas que pode atuar de maneira desvinculada).

4.6 As características da criminologia midiática condensadas na criminalização dos espaços marcadas pela negritude e pela pobreza: o ponto de intersecção

As características demonstradas aqui separadamente através de seus espaços de atuação nas matérias analisadas, foram dessa maneira expostas por questões de organização metodológica, visando a transposição didática dos elos existentes entre a prática da criminologia midiática, a fonte aqui analisada, e a manutenção da criminalização e estigmatização dos espaços e símbolos ligados à pobreza e a negritude.

Entretanto, elas podem ser encontradas em um mesmo recorte, mostrando a relação de dependência de cada parte do esquema e seu objetivo norteador, enquanto veículo de manutenção de uma identidade nichada não representante do geral, que incrimina os frutos da diversidade basal do país, atribuindo a eles o domínio de toda violência filtrada pelo mito da não violência.

Tais elos podem ser analisados em uma matéria que foi ao ar no dia 26 de janeiro de 2017, que carrega como descrição no GC o seguinte título: “*Bombeiros ameaçados em baile funk*”¹⁸. Nesse material é possível identificar as partes fundamentais do esquema, que incluem a instauração da sensação de insegurança social, a crítica às medidas de segurança do Estado e a sugestão de soluções imediatas, bem como as demais características evidenciadas ao longo das demais matérias, que dizem respeito a desinformação, descontextualização e abuso de opiniões.

Na reportagem em questão, José Luís Datena narra sua opinião acerca de um caso em que uma viatura dos bombeiros foi parada forçadamente por integrantes de um baile funk na região de Jaçanã, zona norte de São Paulo, que exigiam socorro para uma mulher, participante do evento, que estava passando mal. Após a transmissão de um corte da reportagem que fazia um apanhado geral sobre o local ocorrido e o desfecho da situação, incluindo entrevista com os bombeiros abordados, o apresentador comenta a reportagem da seguinte forma:

Um bando de drogados, na maioria desses batidões aí, um bando de desocupado. Cara fazendo sexo no meio da rua, trancando a porta da casa dos outros, o cara não pode entrar nem sair. Se tiver um infarto, o cara vai morrer lá dentro. Caras armados que metem bala para dentro da casa dos outros (Datena, 2017, grifos próprios).

Datena inicia o comentário acerca da reportagem fazendo acusações em tom de indignação aos frequentadores de baile funk, traçando uma relação direta entre essas festas e categorias de práticas ilegais como o uso de drogas, sexo em público, porte ilegal de armas e tiroteios contra as residências dos moradores das regiões onde ocorrem os bailes funk.

A relação explícita pelo apresentador contribui para a desinformação em relação a essa expressão periférica, sustentando a representação generalizadora que representa essas áreas e

¹⁸ **Informações contextuais acerca do recorte transcrito**

Título do GC: Bombeiros ameaçados em baile funk

Data que foi ao ar: 26/01/2017

Plataforma de conservação: Facebook (página: Datena)

Título da publicação em plataforma de conservação: Datena comenta confusão em baile funks

Duração do vídeo na plataforma de conservação: 3min33s

Data de acesso: 20/01/2024

Link de acesso: <https://fb.watch/saeIwSN4Nc/>.

suas práticas como criminosas e ameaçadoras para a segurança da sociedade, o que contribui diretamente para o aumento da sensação de insegurança de seu público em relação a esse ambiente e seus representantes.

Ao tecer essa relação, casualmente levantada nos discursos que criminalizam o baile funk e que estereotipam as formas de expressão periféricas, o âncora do Brasil Urgente coloca no centro da questão seu posicionamento pessoal, característica marcante da criminologia midiática, que não se limita a narração e divulgação dos casos, mas atua como advogado, juiz, sobretudo, empresário moral do punitivismo (Gomes, 2014).

O clímax de sua opinião aparece minutos depois, quando ele abomina em sua fala o fato de os participantes do Baile terem parado forçadamente a viatura dos bombeiros no intuito de exigir socorro para a participante do evento. Nesse momento, ele faz o seguinte posicionamento: **“E de repente, parar a viatura do corpo dos Bombeiros para atender uma bêbada, drogada que tava no meio da festa aí. Isso é o fim do mundo, eu jogava ela dentro do Rio Tietê”** (Datena, 2017, grifos próprios).

Em sua narração, ele se refere à mulher em questão, como “uma bêbada, drogada”, e que, portanto, não merecia ser atendida em detrimento da vítima inicial, envolvida em acidente de trânsito, para a qual os bombeiros estavam se dirigindo antes de serem parados.

Para enfatizar seu desprezo por essa mulher, ele inclui que, se fosse um dos bombeiros em ação no momento, a jogaria no Rio Tietê. A frase no pretérito perfeito “eu jogava ela dentro do Rio Tietê”, revela alguns pontos passíveis de análise. Primeiramente, implica mais uma vez o caráter extremamente pessoal de sua fala, onde ele sugere até mesmo como procederia na situação, ainda que a postura sugerida ultrapasse qualquer código profissional do serviço dos bombeiros, visto que, ainda que de maneira hiperbólica, sugere o descarte de um ser humano em direção à morte no Rio Tietê.

Tal sugestão, além de ferir a ética do corpo de bombeiros, contraria também qualquer ética jornalista, trazendo a ótica irresponsável das soluções imediatistas do pensamento mágico na medida em que sugere o descarte no Rio Tietê da mulher a qual foi exigido a prestação de serviços de socorro, demarcando mais uma característica da criminologia midiática aqui trabalhada.

Em segunda instância, é perceptível um episódio de juízo de valor feito pelo apresentador acerca da relevância das vidas dos envolvidos, inferida quando ele não somente expôs que daria preferência à vida da vítima inicial, para a qual os bombeiros tinham sido solicitados, mas que além de não prestar socorro a frequentadora de baile funk, facilitaria sua morte, a jogando no Rio Tietê, pois bêbada e drogada.

Tal Fato denuncia sua compreensão seletiva dos direitos humanos, pois ainda que a Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH de 1948 garanta que todos os seres humanos têm direito à vida e a segurança (art. 3º da DUDH), segundo sua colocação, os únicos inseridos nos limites deste artigo são os não participantes de baile funk.

Apesar de ser um comentário embasado na opinião individual do apresentador, o comentário em destaque pode ser integrado a uma rede discursiva que opera na expressão de um plano ideológico que seleciona os corpos úteis e não úteis, relegando a cada um deles o cuidado que lhes convém. Tal ótica pode ser interpretada à luz do panorama travado por Foucault acerca do conceito de biopolítica e sua atuação através do Estado.

Seguindo a argumentação de Nascimento e Colombo (2020, p. 481- 482) a esse respeito, “De acordo com Foucault, o biopoder pode ser compreendido como o conjunto de mecanismos por intermédio dos quais aquilo que, na espécie humana, constitui os seus traços biológicos fundamentais, vai poder entrar no interior da política.”

Diante desses pressupostos, a teoria foucaultiana expõe que mediante um longo processo que se inicia a partir da transição para a modernidade e passa pela consolidação do capitalismo industrial, o Estado atua como uma ferramenta de manutenção da produtividade dos corpos biológicos coletivizados através de normas, prestando serviços que visam prevenir e oferecer paliativos para situações que ameace esses corpos e conseqüentemente sua produtividade.

Entretanto, atrelado a esse processo conhecido como “fazer viver”, também atua o “deixar morrer” que age a partir da negligência dos corpos que não são relevantes à manutenção da produtividade que mantém o sistema. “pode-se dizer que, para determinadas corpos e coletividades, o abandono faz-se parte planejada também de uma estratégia de aniquilamento e de seleção entre os que receberão ou não a intervenção do Estado” (Nascimento; Colombo 2020, p.483).

Guardando suas devidas proporções, é possível afirmar que a biopolítica instaurada na modernidade se alastrou para os dias atuais se adaptando às suas demandas, porém demonstrando ainda algum tipo de seleção entre os indivíduos caros a ela.

Foucault nos dirá que as sociedades liberais e neoliberais continuam sendo imbuídas da lógica da biopolítica, mas destacará que no lugar da dualidade normal-patológico, estas sociedades apoiam-se agora sobre uma espécie de economia dos riscos, apoiada sobre o medo como forma de gestão das relações sociais e políticas (Nascimento; Colombo 2020, p. 486).

No caso da reportagem aqui em destaque, notamos a continuidade desse padrão na fala do apresentador que fez uma seleção entre as vítimas a serem socorridas, tal qual seria feito

naturalmente se a viatura dos bombeiros não houvesse sido parada forçadamente pelos frequentadores do baile funk.

Tal reação reflete o tratado por Foucault na medida em que ilustra a naturalidade (evidente na fala do apresentador que não é um agente isolado, mas parte de uma prática discursiva que molda e é moldada pelo biopoder) com que se internaliza a negligência em relação aos corpos não caros ao sistema, bem como o fato desses serem facilmente privados da manutenção da vida, mesmo que a ação de manutenção seja trabalho de uma política do fazer viver, como os bombeiros.

Agamben (2010) confirma as ações paradoxais da Biopolítica quando afirma que as práticas do Estado de Exceção, na qual os cidadãos são privados de qualquer direito individual básico, também está diluída nas formas de atuação da democracia moderna. Dessa forma, os mecanismos de privação de direitos atuam a partir de um princípio de seletividade que atua ativamente para potencializar os corpos úteis, enquanto age com passividade perante outros.

Os corpos periféricos, em sua maioria pretos e pobres, são primeiramente tornados em ameaça para os corpos úteis, para depois serem negligenciados ou ativamente exterminados (como diversas operações policiais nas áreas de favelas do Brasil) sob a justificativa de que tudo ocorreu em prol da segurança e saúde do restante da população, que é responsabilidade do Estado, enquanto assegurador da vida.

Mbembe (2018) ainda acrescenta a essa questão que os corpos considerados matáveis vêm atualmente de uma temporalidade ainda mais distante da traçada por Foucault quando se refere à mudança de paradigma que ocorre do poder soberano para o disciplinar. Para o filósofo camaronês, o processo que regula a morte de pessoas pretas e a busca pelo fim de suas práticas começa já na escravidão dentro e fora da colonização, aprofundando a relação apontada por Foucault entre o racismo e biopoder.

É igualmente relevante destacar o trecho da reportagem em que o apresentador oferece mais uma parte do esquema da criminologia midiática, a crítica a atuação do Estado na manutenção da segurança pública, descrevendo novamente o funk periférico como algo a ser combatido enquanto critica as figuras políticas que não trataram tal manifestação dessa forma.

Em sua narração, ele afirma, em tom de revolta: “E o Haddad **achava que isso aí era manifestação cultural**, isso é **uma manifestação criminosa**, que tem que ser combatida” (Datena [...], 2017, grifos próprios). Ele contraria o antigo prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, quando se referiu aos bailes como manifestação cultural. Segundo Datena, em tom de correção, a pauta deveria ser descrita como manifestação criminosa.

A fala que infere mais uma vez a relação entre manifestação periférica e criminalidade a partir da ideia implicitamente sustentada de que só festa nesses lugares e para esses moradores são criminais, salienta, mais uma vez sua posição ideológica e política como sujeito discursivo, evocando um adjetivo para tal manifestação que valide o seu ponto de vista, e que, ao mesmo tempo, apresente o antigo prefeito e opositor de seus ideais partidários, como alguém que não só defende, mas colabora com o que para ele e seu lugar social é somente mais uma prática criminosa.

Percebe-se, finalmente, que o ato locutório do apresentador acerca desse caso não só incorpora cada uma das partes do esquema que compõem a atuação da criminologia midiática, como também aponta para o ponto de congruência que une cada uma dessas partes. Esse ponto é a manutenção da representação criada desde a era colonial, que relega excluídos sócio-espacialmente dos primeiros projetos de nação à criminalidade.

Afinal, somente tal associação, pode justificar o descaso e a privação de direitos por parte dos poderes governamentais, reforçados pela criminologia midiática e consentida por um público que, através do cinismo, acolhe essas justificativas de maneira não reflexiva, desde que estejam ou pareçam estar em benefício dentro da ordem capitalista.

As análises dos atos locutórios empregados nas matérias aqui discutidas revelam de forma contundente como a criminologia midiática age na perpetuação da estigmatização e criminalização dos corpos, espaços e símbolos atrelados à pobreza e à negritude. O discurso de Datena e demais jornalistas do Brasil Urgente, expressaram nos materiais aqui analisados, uma rede discursiva que não apenas criminaliza as manifestações desses agentes a partir de estereótipos negativos e da crítica a figuras públicas que as reconhecem como práticas sociais válidas, como também legitima o descaso e a violência exercidos contra esses grupos desde os primórdios da nação.

5 CONCLUSÃO

Considerando uma abordagem interdisciplinar que viabilizou o diálogo entre diversos campos do conhecimento que emergiram a partir da segunda metade do século XX, dentre eles a História do Tempo Presente, a criminologia crítica e a Análise de Discurso, a pesquisa aqui discorrida apontou proporcionalmente para uma problemática que correspondente às áreas de investigações de tais campos.

Tal pesquisa, tendo como eixo problemático a forma como a criminologia midiática atua na preservação da identidade hegemônica que segrega parte de sua população por meio da criminalização de suas práticas, propôs o estudo minucioso de cada uma das partes desse elo, iniciando pelo levantamento dos contextos em que foram criados os projetos de identidade nacional empreendidos entre o século XIX e XX e os motivos de sua permanência na atualidade, levando em consideração a historiografia nacional que analisa essas construções.

Ademais, com o amparo da filosofia de Marilena Chauí (1995, 2019) e as críticas de Jessé Souza (2017), foram disponibilizadas informações sobre os motivos de sua permanência na atualidade, especialmente, no que tange a sua veiculação por meio do conjunto de características predominantes da criminologia midiática, bem como suas implicações no que diz respeito à manutenção da criminalização dos grupos excluídos desses projetos de nação, noções problematizadas a partir das contribuições da criminologia crítica. Foi investigado também os mecanismos de aceitação de tais noções por parte do público da criminologia midiática e demais receptores desse modelo de identidade segregatício, quadro amparado pelas contribuições da psicanálise freudiana e das elucubrações de Slavoj Žižek (1996), que demonstram que o processo de aceitação dos bodes expiatórios oferecidos pela criminologia midiática se expressa a partir de dois pilares, sendo o primeiro integrado às funcionalidades mais básicas do ser e o segundo produto histórico das relações de poder.

Por fim, a partir das análises dos atos locutórios dos agentes do programa semanal Brasil Urgente, sustentadas metodologicamente na análise de discurso e no amálgama teórico da História do Tempo Presente, que garante cientificidade aos estudos de fontes relativas ao presente como objeto histórico, é possível apontar o papel determinante do telejornalismo da criminologia midiática na construção da percepção pública, especialmente no que tange a manutenção da criminalização e estigmatização dos símbolos integrados aos corpos negros e pobres.

Esse tipo de programa através da rede discursiva a qual integra, segue empregando a partir de narrativas sensacionalistas e simplistas, a representação de uma identidade nacional

baseada no mito da não violência que sustenta uma divisão dicotômica da sociedade, separando todos entre os bons, representantes da identidade brasileira, do jeitinho e da cordialidade e os maus, aos quais são atribuídos o domínio de toda criminalidade representada pelo telejornalismo policial e aos quais é justificado todo desejo de violência pública.

É inteligível a partir do exposto até aqui, que o telejornalismo da criminologia midiática, aqui representado pelo Brasil urgente, a partir de um processo de seleção de matérias e do emprego de práticas direcionadas, é responsável pela construção de uma percepção distorcida da segurança, da justiça e das identidades a serem evocadas nacionalmente, o que impacta não só as políticas públicas, mas também as relações sociais entre esses indivíduos dicotomizados externamente, perpetuando a injustiça e a desigualdade social.

Diante de tal cenário, as contribuições aqui implicadas se dirigiram a demonstrar o caráter fundamental de repensar a criminologia midiática como ferramenta determinante na construção da opinião pública acerca dos espaços relegados à pobreza e à negritude, bem como da posição do estado enquanto promovedor de segurança e das possíveis soluções para o controle da criminalidade no Brasil.

Tal contribuição se deu especificamente por meio da análise do telejornal policial Brasil Urgente, que atua enquanto instância de manutenção da estigmatização e criminalização dos espaços da pobreza e da negritude, bem representado pelas matérias aqui selecionadas, que se dirigiam integralmente a espaços e práticas relacionados a esses grupos.

Sendo válido pontuar, no entanto, a impossibilidade prática de esgotar as análises cabíveis às matérias aqui analisadas, bem como a impossibilidade de analisar todas as matérias desse telejornal, ou ainda todos os telejornais correspondentes à criminologia midiática, fator que justifica o recorte aqui efetuado no que diz respeito à fonte, ao tempo e aos materiais selecionados dentro dessa fonte e tempo.

Tal limitação, no entanto, não demonstra um caráter negativo dessa pesquisa, mas a possibilidade de ampliação nos estudos dessas temáticas, fator que revela o espaço e necessidade para estudos futuros que se encarreguem das demais problemáticas e fontes a esse tema atribuídos, e até mesmo de novas análises do recorte aqui efetuado, dada o caráter inesgotável das fontes históricas digitais.

Dessa forma, a presente pesquisa empreendeu uma análise interdisciplinar, guiada pela História, dos elos existentes entre a identidade nacional e a criminologia midiática no que tange a manutenção da criminalização da pobreza e da negritude veiculada pela segunda enquanto fomentadora da primeira. Tal pesquisa demonstra ainda, a interseção entre as duas temáticas de

maneira original, tendo em vista que propôs uma análise diferente das já feitas em diversos trabalhos que trataram esses temas de maneira separada, como instâncias desconectadas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- AGAMBEN, G. **Homo sacer: O poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- AZEVEDO, Monia Karine; NETO, Gustavo Adolfo Ramos Mello. O desenvolvimento do conceito de pulsão de morte na obra de Freud. **Rev. Subj.** 2015, vol.15, n.1, pp. 67-75.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BORGES, Samuel Silva da Fonseca. **Imagens Da Ideologia Punitiva: uma análise de discurso crítica do movimento brasil livre**. 2019. Dissertação de Mestrado (Programa de pós-graduação em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- BRASIL URGENTE. **Polícia faz operação em baile funk**. [S.l.], 25 dez. 2019. Facebook: Brasil Urgente. Disponível em: <https://fb.watch/safwgWOx6j/>. Acesso em: 5 dez. 2023.
- CANÊO, Giovanna; FÁVERO, Eunice Teresinha. Criminologia crítica e princípios éticos do Serviço Social: uma aproximação à sua interlocução. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 1, p. 183–203, 2023. Disponível em: [SciELO - Brasil - Criminologia crítica e princípios éticos do Serviço Social: uma aproximação à sua interlocução Criminologia crítica e princípios éticos do Serviço Social: uma aproximação à sua interlocução](#). Acesso em: 18 mar. 2024.
- CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.) **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. cap. 17, p. 215-218.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 23, p. 71–84, 1995. Disponível em: [SciELO - Brasil - Cultura política e política cultural Cultura política e política cultural](#). Acesso em 03 fev. 2024.
- CHAUÍ, Marilena. **Sobre a Violência**. 1 ed. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2019.
- CLÈVE, Clèmerson Merlin; FREIRE, Alexandre (Coords.). **Direitos fundamentais e jurisdição constitucional: análise, crítica e contribuições**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p.785-800.
- CORONAVÍRUS NA PERIFERIA. [S.l.], 2020. Vídeo: 02min30s. Publicado pelo canal Brasil Urgente. 21 mai. 2020a. Disponível em: <https://youtu.be/h6lOvl6LYsc?si=sYdi-7EJAQHwAU6s>. Acesso em: 20 mai. 2024.

CORONAVÍRUS NA PERIFERIA. [S.l.], 2020. Vídeio: 02min54s. Publicado pelo canal Brasil Urgente. 23 mai. 2020b. Disponível em: <https://youtu.be/gh9nMhi0NWg?si=ffif76p3qjZi47f9>. Acesso em: 10 mai. 2024.

COSTA, André Oliveira; ENDO, Paulo César. Corpo, transmissão e processo civilizador: Sigmund Freud e Norbert Elias. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 16-32, dez. 2014. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912014000200004&lng=pt&nrm=iso. acessos em 20 out. 2023.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DATENA. **Datena comenta confusão em baile funk | Brasil Urgente**. [S.i.], 26 jan. 2017. Facebook: Datena. Disponível em: <https://fb.watch/saeIwSN4Nc/>. Acesso em: 6 dez. 2023.

DE ALMEIDA, F. C. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da Internet como fonte primária para Pesquisas Históricas. **Revista Aedos**, [S. l.], v. 3, n. 8, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/16776>. Acesso em: 18 maio. 2024.

DECCA, Edgar Salvadori de. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DOSSE, François. A história em migalhas: dos Annales à Nova História. Trad. Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Ensaio, 1992.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia. **Tempo e Argumento**: Revista do Programa de Pós-graduação em História. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**. Trad. Ruy Jungman. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. A História do Tempo Presente: reflexões sobre um campo historiográfico. **Cadernos do Tempo Presente**, [S. l.], v. 12, n. 01, p. 13–27, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/15714>. Acesso em: 17 dez. 2023.

ESSES BAILES não deveriam existir mais” diz Datena. [S.l.], 2019. Vídeio: 06min40s. Publicado pelo canal Brasil Urgente, 02 dez. 2019. Disponível em: <https://youtu.be/KZzMsHKXzs>. Acesso em: 09 set. 2023.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: história e historiografia. São Paulo: Brasiliense. 1970.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: no limiar de uma nova era. 3. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Millôr, Millôr definitivo: a bíblia do caos. Porto Alegre: L&PM, 2011.

FERREIRA, Jorge (organizador). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 3, n. 5. p. 314-333, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/fpGyHz8dRnk56XjcFGs736F/#>. Acesso em: 13 dez. 2023.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197–223, 2001. Disponível em: [SciELO - Brasil - Foucault e a análise do discurso em educação Foucault e a análise do discurso em educação](#). Acesso em: 15 jan. 2024.

FLEURY, Sonia ; MENEZES, Palloma. Pandemia nas favelas: entre carências e potências. **Saúde em Debate**, v. 44, n. spe4, p. 267–280, 2020. Disponível em: [SciELO - Brasil - Pandemia nas favelas: entre carências e potências Pandemia nas favelas: entre carências e potências](#). Acesso em: 15 jan. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREUD, Sigmund. **Compêndio da Psicanálise**. Trad. Renato Zwisk. Porto Alegre: L&PM, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Globo, 2003.

GIUMBELLI, E. **O fim da religião** – dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França. São Paulo: Attar, 2002.

GÓES, L. Por uma justiça afrodiáspórica: xangô e as mandingas em busca do reconhecimento da dignidade humana negra. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 8, n. 20, mai./ago. 2021.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Luiz Flávio. ALMEIDA; Débora de Souza. **Populismo Penal Midiático**: Caso Mensalão, mídia disruptiva e direito penal crítico. São Paulo: Saraiva, 2014.

GREER, C. Crime and media: Understanding the connections. In: Hale, C., Hayward, K., Wahidin, A. & Wincup, E. (eds.) **Criminology**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

GUMBRECHT, Hans Ullrich, **Nosso amplo presente**: o tempo e a cultura contemporânea. Trad. Ana Isabel Soares. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARGTOG, François. **Regime de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Trad. Andréa S. De Menezes, Bruna Beffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina De A. Silva E Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HASSEMER, Winfried. **Introdução aos fundamentos do Direito penal**. Trad. Pablo Rodrigo Alflen de Silva. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HONORIO FILHO, Paula Dovana Simplicio; COSTA, André De Abreu. Populismo penal midiático: exploração midiática da criminalidade e a espetacularização do crime. **REBESP**, v.12, n.1, 2019. Disponível em <https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp/article/view/390>. Acesso em: 6 mai. 2024.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

JARDIM, Vinícius Carvalho; BUCKERIDGE, Marcos Silveira. Análise Sistêmica do município de São Paulo e suas implicações para o avanço dos casos de Covid-19. **Estudos Avançados**, v. 34, n, 99, p. 157-174, 2020. Disponível em: [SciELO - Brasil - Análise sistêmica do município de São Paulo e suas implicações para o avanço dos casos de Covid-19](#) [Análise sistêmica do município de São Paulo e suas implicações para o avanço dos casos de Covid-19](#). Acesso em: 14 jan. 2024.

JESUS, Ronaldo P. **O fim do marxismo na historiografia brasileira? Crítica Histórica**, ano XI, n.21, junho de 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: Enciclopedia Einaudi. Torino: Einaudi, 1981.

MADEIRA, Zelma ; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, p. 463–479, 2018. Disponível em: [SciELO - Brasil - Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo](#) [Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo](#). Acesso em: 6 mai. 2024.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. 1. ed. São Paulo, 2018.

MODERNA, Pipoca. **IBGE revela que quase metade dos lares brasileiros tem Smart TVs**. [S. l.], 17 set. 2022. Disponível em: https://www.terra.com.br/diversao/gente/ibge-revela-que-quase-metade-dos-lares-brasileiros-tem-smart-tvs,28fdb5f3bec2d82ceab34e179db7bb67vsfbbum2.html?utm_source=clipboard. Acesso em: 16 jan. 2024.

MONTEIRO, Luíra Freire. **Retórica da alteridade**: Portugal e portugueses na historiografia brasileira. 1. ed. São Paulo: Hedra, 2016.

MOURA, Clovis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MUNIZ, Bruno Barboza. QUEM PRECISA DE CULTURA? O CAPITAL EXISTENCIAL DO FUNK E A CONVENIÊNCIA DA CULTURA. **Sociologia & Antropologia**, v. 6, n. 2, p. 447–467, 2016. Disponível em: Acesso em: [SciELO - Brasil - QUEM PRECISA DE CULTURA? O CAPITAL EXISTENCIAL DO FUNK E A CONVENIÊNCIA DA CULTURA](#). 05 jan. 2024.

NASCIMENTO, Emerson Oliveira; COLOMBO, Lucileia Aparecida. Fazer viver e deixar morrer: os mecanismos de gestão das desigualdades em tempos de pandemia. **Rev. psicol. polít.** São Paulo, v.21, n. 51, p. 478-490, ago. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2021000200013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org> Acesso em: 25 dez. 2023.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, BA, n.1, p. 9-13, junho de 2005.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

REIS, José Carlos. **História & teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REIS, José Carlos. **Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

RIBEIRO, Fernando da Fonseca Resende. **Jornalismo criminal sob a perspectiva da criminologia midiática e os reflexos na legislação penal incriminadora**. 2021. Dissertação de mestrado (Pós- graduação em segurança pública) – universidade Vila Velha, Vila Velha, 2021.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SLOTERDIJK, Peter. **Crítica da razão cínica**. Trad. Marco Casanova, Paulo Soethe, Maurício Mendonça Cardozo, Pedro Costa Rego e Ricardo Hiendlmayer. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

SODRE, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense. São Paulo. 1962.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, S. A. F. **Análise de discurso: procedimentos metodológicos**. Manaus, AM: Census, 2014.

SURETTE, R. **Mídia, crime e justiça criminal: imagens, realidades e políticas**. Wadsworth: Thomson Learning, 2007.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. 2. ed. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2014.

THIESSE, A.-M. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**, [S. l.], v. 9, n. 15, p. 7–23, 2008. DOI: 10.22456/1983-201X.6609. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6609>. Acesso em: 2 mar. 2024.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VALENTE, Gabriela Abuhab. Laicidade, Ensino Religioso e religiosidade na escola pública brasileira: questionamentos e reflexões. **Pro-Posições**, v. 29, n. 1, p. 107–127, 2018. Disponível em: [SciELO - Brasil - Laicidade, Ensino Religioso e religiosidade na escola pública brasileira: questionamentos e reflexões](#). Acesso em: 17 jan. 2024.

VARNHAGEN, Francisco Adolf de. **História Geral do Brazil: antes da sua separação e independência de Portugal**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert, 1877.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIANNA, Túlio. SARKIS, Jamilla. Execrando suspeitos para atrair audiência: o uso de concessões públicas de TV para a prática de violações do direito constitucional à imagem. In: [\(71\) Execrando suspeitos para atrair audiência: o uso de concessões públicas de TV para a prática de violações do direito constitucional à imagem | Tulio Vianna - Academia.edu](#). acesso em: 21 mai. 2005.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A questão criminal**. Trad. Sérgio Lamarão. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.